

ATA DA 1.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2026

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis pelas nove horas e trinta minutos, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 1.ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal José Gabriel do Álamo de Meneses no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas senhoras secretárias municipais: Wendy Mary Toste Ferreira Vieira e Tânia Gil da Rocha Lemos.

A senhora secretária Tânia Gil da Rocha Lemos procedeu à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA:

Alexandra Cristina Santos Freitas – Arnaldo José da Silveira Teixeira – Carla Sofia Linhares Cipriano – Carlos Jorge Belerique Ormonde – Cidália de Lurdes Correia Parreira – Eduína Maria Ferreira Ornelas Borges – Frederico Vaz Cardoso – Hélio António Guerrinha Ávila – Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço – Isabel Maria Diniz Berbereia – João Manuel Machado Enes – João Pereira Bettencourt – José Clemente Nunes da Silva – José Gabriel do Álamo de Meneses – José Miguel de Freitas Toste – Luís Miguel da Silveira Soares – Marília Margarida Enes Garcia de Vargas – Paulo Alexandre Ávila Fagundes – Paulo Henrique Lopes de Mendonça – Ricardo Manuel Pires Meneses – Rita Belo Santos – Rogério Paulo Nogueira e Sousa – Tânia Gil da Rocha Lemos – Wendy Mary Toste Ferreira Vieira.

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

Alberto Gonçalves de Melo – Cesário Alberto Ferreira Pamplona – Chantell Loureiro Pacheco – Délio Francisco Freitas Ormonde Borges – Débora Alexandra da Silva Pires Toste – Glória Maria Amaral de Melo – Guilherme Carlos da Rocha Bizarro – Márcia Luísa Ávila Pavão Martins – Marco Paulo Rocha – Maria Guilhermina Ourique Moniz Silva – Séfora Veríssimo Costa – Paulo Rui Paiva Ferreira Chaves.

GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP:

André Melo Castro – Michéle Soveta Aguiar – Vítor Bruno Costa Pereira.

GRUPO MUNICIPAL DO CHEGA:

José Macedo Rodrigues Bernardo.

CÂMARA MUNICIPAL:

Presidente: Maria da Conceição Lobão Santos da Silveira Amorim.

Vereadores: Guido de Luna da Silva Teles – Luísa da Costa Barcelos – Paulo Alexandre Silva Lima – Rui Miguel Ornelas Drumonde – Sónia Alexandra Fernandes Ferreira – Tiago Alexandre Miguel Rodrigues.

Posta à discussão e votação sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da 5.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 16 de dezembro de 2025 foi aprovada por unanimidade.

O senhor presidente da Mesa procedeu à leitura resumida do expediente, dando conta do seguinte:

- Da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores:
 - Um Voto de Congratulação aos atletas açorianos presentes no Campeonato Nacional de Karate Cadetes, Juniores e Sub21.
 - Um Voto de Congratulação à realização do «Azores Bravos Trail 2025».
 - Um Voto de Congratulação a Ana Filipe pelo Campeonato Mundial de Atletismo Virtus 2025.
- Do senhor presidente do Governo Regional dos Açores:
 - Uma comunicação dando conhecimento da receção do Voto de Protesto que fora aprovado na 5.ª sessão da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo do ano 2025.
- Da Associação Nacional dos Municípios Portugueses:
 - Uma comunicação dando conhecimento do início de funções daquela associação.
 - Uma comunicação dando conhecimento do início de funções do novo secretário-geral.
- Do grupo parlamentar do Partido Socialista na Assembleia da República:
 - Uma comunicação dando conhecimento da sua proposta sobre os prazos máximos de pagamento às autarquias locais no contexto dos instrumentos de colaboração com o Estado.

PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenções da parte do público presente.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sra. d. m. Michéle Aguiar: – Bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhora presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Nos últimos dias temos verificado de uma forma geral em toda a ilha, a deterioração das nossas vias, quer municipais, quer regionais, o que me leva a questionar a senhora presidente da Câmara se foi feito algum levantamento dos maiores danos e se estão previstas intervenções com vista à minimização de outros estragos que poderão eventualmente ocorrer nos próximos dias.

Sra. presidente da Câmara: – Bom dia senhor presidente da Assembleia e senhoras membros da Mesa, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Estamos a preparar todo o processo e a fazer um levantamento das vias onde são necessárias intervenções. Ainda ontem decorreu uma reunião no Caminho da Ponta em São Sebastião, uma via municipal onde é fundamental uma intervenção porque se encontra num enorme estado de degradação. Tivemos uma reunião com o senhor diretor regional do Poder Local, já que esta obra implica um contrato ARAAL.

No que diz respeito a outras intervenções, temos dois concursos a decorrer relativamente a obras em várias vias do concelho, concluímos o procedimento relativo à pavimentação de sobras de estradas e continuamos com a obra de ligação da Via Vitorino Nemésio à Circular de Angra.

Por vezes há alguma confusão entre as vias que são municipais e as da tutela do Governo Regional, um assunto que foi já apresentado à Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores para que, de uma vez por todas, fiquem clarificadas as competências de cada uma das entidades.

Temos tido em atenção o estado de degradação das vias existentes no nosso concelho e vamos proceder ao lançamento dos concursos para diversas intervenções, com especial atenção para os casos mais urgentes com vista a melhores condições de acessibilidade para os municípios do concelho de Angra.

Sr. d. m. André Castro: – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia e senhoras membros da Mesa, senhora presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Esta minha intervenção tem a ver com a obra do Mercado Duque de Bragança. Considerando tratar-se de uma empreitada que representa um dos maiores investimentos estruturais da Câmara Municipal dos últimos anos com um orçamento na grandeza dos milhões de euros, o grupo municipal do CDS-PP vem solicitar um ponto da situação sobre o andamento dos trabalhos e solicitar à senhora presidente da Câmara, a realização de uma visita a esta empreitada por parte dos senhores deputados municipais que o entendam fazer, numa data a combinar, para que possamos acompanhar a evolução desta obra de uma forma mais próxima e informada.

Sra. presidente da Câmara: – Podemos combinar o dia e a hora e teremos todo o gosto em fazer, com os senhores deputados municipais, uma visita à obra do Mercado Municipal, mas peço que a mesma aconteça a seguir à BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa) que terá lugar na

próxima semana, onde marcaremos presença para promovermos o nosso concelho. Essa visita seria mais conveniente para nós no início de março, mas entraremos em contacto com os diversos grupos municipais para articularmos uma data conveniente para todos.

Temos um técnico do município, o senhor engenheiro Artur, a acompanhar permanentemente a obra do Mercado Municipal e vamos reunindo frequentemente com o consórcio responsável pela empreitada, que está a decorrer dentro dos prazos normais. As escavações estão terminadas e foram sempre acompanhadas por um técnico da Direção Regional da Cultura. O anteprojecto tinha parecer favorável da DRC e do estudo de impacto patrimonial, que era fundamental em todo este processo, um trabalho realizado com a senhora diretora regional da cultura e também com a senhora secretária.

O consórcio está a resolver uma situação relacionada com o PT (Posto de Transformação) que está instalado na zona do mercado. Estamos à espera que a EDA proceda à sua deslocalização para um espaço que foi disponibilizado pelo município.

De acordo com os relatórios que nos vão chegando, tanto da parte do técnico municipal como dos responsáveis pela fiscalização, a obra do Mercado Municipal está a decorrer dentro da normalidade com algumas situações que vão sendo analisadas e temos uma assessoria do gabinete de advogados «Morais Leitão» para tratar das situações mais jurídicas. Devido ao valor envolvido em todo este processo, esta assessoria deixa-nos mais descansados e seguros, sempre com o devido acompanhamento pelos técnicos do município. A obra está a correr muito bem dentro dos prazos previamente definidos pelo consórcio.

Sr. d. m. Paulo Chaves: – Bom dia senhor presidente da Assembleia e senhoras secretárias da Mesa, senhora presidente da Câmara e senhoras senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

À semelhança do que fiz na última sessão da Assembleia Municipal, volto a solicitar à senhora presidente da Câmara o quadro com os valores da execução do município em cada freguesia. O grupo municipal do PSD agradece a amabilidade da senhora presidente pela cedência dos dados do PRR, mas não foi esse o conteúdo que pedi, apesar de considerarmos útil essa informação. Logo que possível, peço-lhe que nos forneça também o quadro com os prazos de pagamento da parte do município a fornecedores e empresas.

Sra. presidente da Câmara: – Concluimos neste momento a celebração dos contratos de delegação de competências com as juntas de freguesia, por isso ainda não disponho dos mapas de execução por freguesia, que serão facultados logo que possível com a maior das transparências que estes processos devem ter.

No que diz respeito aos contratos interadministrativos, procedemos à análise dos projetos apresentados por cada freguesia. Os contratos ainda não se encontram formalmente celebrados, uma vez que terão de ser previamente submetidos a reunião de Câmara. Após a celebração, este órgão terá acesso a toda a informação relativa ao conteúdo e à execução de cada contrato.

Foi entregue um dos elementos que nos foi solicitado na última reunião da Assembleia Municipal referente ao PRR, o mapa que utilizamos diariamente no município para o controlo

das obras financiadas por este programa. No caso da delegação de competências, os pagamentos são efetuados trimestralmente e os referentes aos contratos interadministrativos decorrem em função da execução de cada contrato. Conto poder facultar já na próxima reunião da Assembleia, informação mais detalhada sobre cada um destes itens, o mesmo sucedendo relativamente às inumações.

Respondendo à questão dos fornecedores, cumpre esclarecer que estamos a efetuar pagamentos a sessenta dias. No final do ano 2025 registaram-se alguns atrasos nestes mesmos pagamentos, uma situação que importa esclarecer, já que foi também mencionada pelos próprios fornecedores.

O município tem suportado com fundos próprios, uma parte significativa do investimento associado ao PRR devido aos atrasos na transferência das verbas de reembolso por parte do IHRU. Neste momento estamos a entrar em velocidade cruzeiro e a efetuar os pagamentos dentro dos prazos definidos, ou seja, a sessenta dias.

Sra. d. m. Isabel Berbereia: – Bom dia senhor presidente da Assembleia e senhoras secretárias da Mesa, senhora presidente da Câmara e executivo, caros deputados municipais.

Decorreram nos últimos dias os festejos de carnaval na nossa cidade, no concelho e em toda a ilha. Queremos parabenizar os grupos que prepararam e trouxeram a palco, danças, bailinhos e comédias e reconhecer nesta Assembleia, o talento, a arte e o trabalho de todos os envolvidos: as equipas de músicos, os atores e autores de textos e de cantigas, as costureiras, os encenadores, todos aqueles que, de todas as idades, profissões e comunidades, promovem e garantem a nossa tradição, criando um movimento cultural único, não esquecendo os que vieram da diáspora para participarem do nosso carnaval.

Quero parabenizar também a Câmara Municipal pelo apoio que tem dado a todas as sociedades, criando condições para que tudo decorra da melhor forma, com conforto e muita qualidade, sem esquecer o apoio que também tem sido prestado às filarmónicas e às escolas de música, incentivando a cultura e a tradição no nosso concelho. A todos, os nossos parabéns e o nosso agradecimento.

Sr. d. m. José Toste: – Bom dia senhor presidente da Assembleia, senhoras membros da Mesa, senhora presidente da Câmara e demais vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Foi dada nota pública da instalação do Conselho Municipal do Desporto e do Conselho Municipal da Cultura após a 5.ª sessão da Assembleia Municipal do dia 16 de dezembro. Aproveito para questionar a senhora presidente da Câmara acerca da forma como decorreram as instalações destes mesmos conselhos e qual o *feedback* por parte das entidades participantes. No fundo, pergunto que radiografia foi feita da cultura e do desporto no nosso concelho.

Sra. presidente da Câmara: – Foram instalados, o Conselho Municipal da Cultura e o Conselho Municipal do Desporto, respetivamente nos dias 4 e 9 de fevereiro, e realizou-se igualmente a reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil, órgão fundamental para

fazermos um ponto de situação sobre a crise sismovulcânica na ilha Terceira, tendo em conta a passagem do nível de alerta de V3 para V2, de acordo com uma nota informativa enviada pelo CIVISA. Devemos manter-nos atentos perante a atual situação e a transição de V3 para V2 não deve significar um abrandamento do nosso nível de alerta e monitorização.

No âmbito da Comissão Municipal de Proteção Civil, foi também feito um ponto de situação sobre os trabalhos desenvolvidos no concelho devido à crise que ocorreu em termos atmosféricos. Embora com poucos incidentes, houve uma inundação numa habitação e uma derrocada na zona das Veredas que obrigou a uma intervenção do nosso Serviço Municipal de Proteção Civil. Devido à presença de novos elementos na própria comissão, foi feito um ponto de situação sobre o trabalho que tem sido desenvolvido pelo Serviço Municipal de Proteção Civil no que diz respeito ao apetrechamento dos núcleos de proteção civil em cada uma das freguesias do concelho e ao reforço dos meios materiais do próprio Serviço Municipal de Proteção Civil, fundamentais para o socorro e segurança das populações. A pedido do CIVISA, foram construídas umas caves para a instalação de equipamentos sísmicos destinados à monitorização das crises, estando-nos a ser solicitada a construção de novas infraestruturas para a instalação de mais equipamentos desta natureza.

Em resposta à questão sobre os Conselhos Municipais da Cultura e do Desporto, foram convidadas diversas entidades relacionadas com estas áreas e são muitos os conselheiros presentes em cada um dos conselhos. Da parte do município, foi feito um ponto de situação do nosso programa para 2026, tanto na área da cultura como na do desporto, bem como as nossas prioridades acerca dos apoios a conceder a cada uma dessas entidades e a obras realizadas nas coletividades.

Ainda no domínio da cultura, salientam-se as intervenções realizadas em diversos salões, que permitiram melhores condições para a realização das atividades do carnaval nas Cinco Ribeiras, em São Bartolomeu, em São Sebastião e no Posto Santo. Estas melhorias proporcionaram melhores condições, tanto para o público como para os grupos que se apresentaram em palco.

Nos Conselhos Municipais da Cultura e do Desporto foram-nos manifestadas preocupações acerca dos apoios, tanto na área da cultura como na do desporto. A Câmara Municipal tem feito um investimento significativo nestas áreas, assim como nos apoios concedidos às filarmónicas.

Mantivemos a atribuição do apoio de 1500 euros a cada salão que recebeu grupos de carnaval, apoiando também os grupos locais que tencionam apresentar-se nos diversos espaços do concelho de Angra para a realização de concertos. Vai acontecer brevemente um espetáculo dos Art'Fado com a presença de um artista nacional, que contará com um apoio bastante significativo da Câmara, bem como outros eventos que estão previstos como, por exemplo, o concerto de filarmónicas organizado pela Associação Cultural do Porto Judeu.

As diversas entidades presentes no Conselho Municipal do Desporto manifestaram preocupações quanto aos atrasos na atribuição de apoios, que poderão comprometer a participação em alguns torneios. Foi manifestada a desmotivação da parte dos jovens que

estão em formação, uma vez que têm dificuldades na participação em torneios, mesmo a nível nacional, podendo até pôr em causa a continuidade da sua atividade na prática do desporto. Foi ainda abordada a questão do estatuto do dirigente associativo, um trabalho que nos disponibilizámos a realizar no âmbito dos conselhos municipais. No Conselho Municipal da Cultura, discutiu-se igualmente a elaboração de uma Carta Cultural.

No nosso entender, dispomos de um programa cultural muito rico no nosso concelho, reconhecido também por quem visitou a ilha Terceira durante a época do Natal, manifestando uma opinião muito favorável em relação à nossa disponibilidade em termos culturais.

Naturalmente, muito mais poderia ser feito, mas vamos trabalhando dentro dos limites orçamentais do município, procurando assegurar um programa que abranja todas as faixas etárias em diversas áreas e diferentes expressões artísticas. Manifestámos em cada um destes conselhos, a nossa vontade de continuar a prestar estes apoios.

Como se pode constatar num dos pontos da Ordem de Trabalhos desta sessão da Assembleia Municipal, na revisão que se vai fazer ao orçamento com a incorporação do saldo de gerência, uma das rubricas que mais se reforçou foi precisamente a GOP dos apoios porque as diversas entidades recorrem cada vez mais à câmara Municipal a solicitar apoios para diversas iniciativas, incluindo a realização de obras nas suas infraestruturas.

Sr. d. m. Délio Borges: – Bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhora presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais, senhores presidentes de juntas de freguesia, público que nos assiste.

Aproximam-se rapidamente as nossas maiores festas, as Sanjoaninas, em que o ponto alto é a noite das marchas de São João, cujo prazo de inscrições termina hoje dia 20, segundo consta no *site* da Câmara Municipal, o que me leva a questionar a senhora presidente da Câmara a respeito do número de marchas inscritas, quantas são de cá e quantas vêm de fora.

Sem pretender reacender a discussão, gostaria de conhecer também a posição da senhora presidente sobre o modelo de desfile a seguir na noite ou nas noites das marchas, já que acabam por desfilar em duas noites. Pergunto se serão mantidas as regras que têm sido aplicadas nos últimos anos.

Passando a uma outra questão mais presente e premente, desde a última reunião da Assembleia Municipal, tem-se verificado que o piso do Pavilhão Municipal de Angra continua a apresentar dificuldades às várias equipas que ali praticam desporto, sendo provavelmente o espaço mais utilizado do concelho e da ilha, também por equipas nacionais. Sabendo que as questões de humidade que dificultam a prática do desporto naquele pavilhão, não são novas nem de fácil resolução, gostaríamos de perceber o que a Câmara Municipal prevê como ações corretivas deste problema que é antigo, ao menos para minimizar esta situação que implica uma redução da carga de treinos por parte das equipas que lá praticam desporto.

Sra. presidente da Câmara: – Ainda não tenho conhecimento do número de marchas inscritas para a noite de São João. Como bem disse o senhor deputado, o prazo para as inscrições termina hoje e farei chegar a informação logo que possível.

As regras mantêm-se quanto ao modelo de desfile porque queremos que as pessoas participem. As marchas que não puderem desfilar na noite de 23 para 24 de junho, terão a possibilidade de o fazer no dia 24 a seguir às marchas infantis.

As pessoas conhecem os moldes em que se vão inscrever, o modelo adotado por este executivo vem do mandato anterior e não vemos razões para não lhe darmos continuidade. Reuniremos brevemente nesta sala, todos os grupos para procedermos ao sorteio da ordem do desfile de cada uma das marchas de São João.

A presença de marchas de outras ilhas ou do continente é muito importante em termos económicos, como tem sido reconhecido pelos próprios comerciantes e pelos empresários da restauração e hotelaria.

Queremos umas Sanjoaninas cada vez mais fortes e reconhecidas fora de região, porque os de cá conhecem bem o seu valor e o investimento feito pelo município nas maiores festas do concelho. Empenhamo-nos ao máximo nestes dias de festa, que mostram um pouco da nossa cultura e história, esperando que os participantes levem consigo recordações que os façam voltar.

O município tem feito um investimento significativo no pavilhão municipal ao nível do pavimento e da cobertura, que ainda não está concluída. Temos ali instalados, aquecedores e desumidificadores e tencionamos comprar mais, mas não podemos esquecer os efeitos provocados pelo nosso clima. Tive oportunidade de assistir ali a um jogo de Futsal que decorreu muito bem sem problemas ao nível do pavimento, contrariamente ao que constatei num outro espaço numa freguesia que tinha o piso extremamente escorregadio, algo que não queremos que aconteça no Pavilhão Municipal.

Há tempos houve a necessidade de adiar um jogo devido ao excesso de humidade no piso, mas não tive conhecimento de qualquer situação ocorrida depois disso naquele pavilhão; contudo, peço ao senhor presidente da Mesa que passe a palavra ao senhor vice-presidente Guido Teles para que possa acrescentar algo mais, uma vez que é o responsável pela área do desporto.

Sr. vereador Guido Teles: – Muito bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhora presidente da Câmara, caros colegas vereadores, senhores deputados municipais.

A senhora presidente da Câmara referiu o essencial relativamente a este processo e eu apenas acrescentaria um pormenor que considero relevante. No verão passado procedemos à substituição do piso do Pavilhão Municipal, uma intervenção que melhorou de forma significativa as condições da prática desportiva naquele espaço. Para além disso, iniciámos uma primeira fase de aquisição de desumidificadores de tamanho industrial, semelhantes aos utilizados no pavilhão da Escola Tomás de Borba, e estamos atualmente a desenvolver o procedimento para a aquisição de mais quatro equipamentos para reforço da capacidade de controlo da humidade no interior do pavilhão.

Foi implementada uma mudança de rotinas que têm contribuído de forma bastante positiva para a normalização das condições do piso, nomeadamente no que diz respeito à

tendência para se tornar escorregadio em dias de maior humidade. A empresa responsável pela instalação do novo piso forneceu uma série de orientações específicas para a sua manutenção e limpeza, incluindo a aplicação de produtos adequados. Nesse sentido, determinámos aos nossos colaboradores do Pavilhão Municipal que passassem a aplicar, com maior regularidade, um produto específico que permite minimizar a aderência da humidade àquele tipo de superfície, e os resultados têm sido evidentes, já que o piso se apresenta muito menos escorregadio, mesmo em dias de muita humidade, garantindo melhores condições de utilização.

Fizemos o retelho completo do pavilhão e vamos avançar para uma segunda fase de intervenções. Está prevista para este ano a substituição das telas impermeabilizantes da cobertura, bem como a substituição da vedação das claraboias que são pontos mais vulneráveis a infiltrações.

Importa salientar que, nos últimos tempos, mesmo com os períodos de chuva intensa que se verificaram, foi possível eliminar as infiltrações na zona do piso de jogo, uma situação que era praticamente crónica. A próxima etapa será resolver também as infiltrações que ainda ocorrem fora da área de jogo, sobretudo nas escadarias de acesso às bancadas, problemas que estão principalmente relacionados com a tela impermeabilizante à volta do telhado e com a vedação das claraboias.

Existem soluções mais dispendiosas que poderiam resolver a situação de forma mais estrutural como, por exemplo, a instalação de sistemas de aquecimento subterrâneo, mas implicariam investimentos muito elevados, e neste momento não existe acesso a fundos comunitários para esse fim, o que obrigaria a suportar integralmente os custos com recursos próprios do município. Ainda assim, as medidas implementadas têm vindo a melhorar as condições da prática desportiva naquele espaço, um trajeto ao qual daremos continuidade.

Sr. d. m. Délio Borges: – Em boa verdade, a senhora presidente da Câmara poderia indicar-nos o número de inscrições das marchas de São João, mas não o quer fazer, preferindo guardar para mais tarde. Fica registado.

Gostaria de solicitar um ponto de situação sobre os trabalhos de preparação e o que se prevê em termos de investimentos para as zonas balneares do concelho.

Sra. presidente da Câmara: – Há pouco não dispunha dos dados relativos ao número de inscrições de marchas de São João; no entanto, para que não se pense que não queremos fornecer esses valores, informo que temos inscritas, 26 marchas da ilha Terceira, doze provenientes de fora da ilha e sete marchas infantis.

A época balnear tem sido uma preocupação desde a tomada de posse do atual executivo. Visitámos todas as zonas balneares e de banhos do concelho com o objetivo de avaliar o seu estado de conservação e identificar as intervenções de manutenção necessárias. Devido, por vezes às condições do mar, temos que efetuar todos os anos, manutenções nessas mesmas zonas.

Posso informar também que estamos na fase de celebração do protocolo com a Associação de Bombeiros para assegurar o recrutamento e garantir que não faltem nadadores-salvadores no concelho, um processo que está a correr muito bem.

No que diz respeito às obras previstas, para além das intervenções regulares de manutenção que fazemos todos os anos nas zonas balneares, encontra-se em fase de preparação o projeto de requalificação da piscina do Negrito. Após uma visita ao local, verificou-se que a mesma necessita de uma intervenção de fundo, um problema que não se resolve com a simples substituição de uma bomba.

Como foi falado com o senhor presidente da Junta de Freguesia de São Mateus, a piscina não pode ser utilizada enquanto decorrer a obra, mas nada impede que seja utilizada numa época de verão. O fundo da piscina não se encontra em condições, assim como toda a zona envolvente, que necessita de requalificação. O projeto está atualmente a ser desenvolvido por um gabinete técnico, para que depois se possa executar a obra.

No Porto Judeu, foi igualmente identificada a necessidade de se proceder a algumas melhorias no acesso à piscina de pessoas com mobilidade reduzida e, nos restantes locais, continuarão a ser realizadas as intervenções de manutenção necessárias. O mar provocou alguns danos numa escada na zona de banhos do Fanal, que terá que ser rapidamente intervencionada para garantir que, quem ali pratique natação no inverno, o possa fazer em segurança.

Continuamos assim a fazer o nosso trabalho diário de manutenção das zonas balneares do concelho para que, à chegada do verão, todas estejam em condições de qualidade e segurança para serem frequentadas pela população.

Sr. d. m. Délio Borges: – A senhora presidente da Câmara não referiu a política da Câmara Municipal a respeito das eventuais candidaturas à Bandeira Azul, especialmente na zona de banhos do Fanal, na Fajã do Fisher e na Prainha.

Sra. presidente da Câmara: – Tencionamos manter a situação do ano passado em todos estes locais. Temos tido todo o cuidado em monitorizar as águas para nos certificarmos que oferecem condições de segurança às pessoas.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O senhor presidente da Mesa procedeu a uma leitura resumida dos pontos da Ordem de Trabalhos.

1. DA CÂMARA MUNICIPAL:

1.1 – Ent. 4539 - Informação da Senhora presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 1 de dezembro a 31 de janeiro de 2026, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de outubro.

Sra. presidente da Câmara – Como podem verificar pelo documento que vos foi remetido, foram muitas as atividades levadas a cabo pelo município neste período entre 1 de dezembro de 2025 e 31 de janeiro de 2026, das quais importa destacar alguns aspetos que consideramos particularmente relevantes.

Em primeiro lugar, salienta-se a conclusão, no dia 10 de janeiro, do Programa de Natal que integrou mais de duzentos eventos, concebido para abranger todas as faixas etárias e todos os públicos. Podemos dizer que esta iniciativa foi concluída com o sucesso que esperávamos.

No que respeita às empreitadas, foi concluída a reabilitação das 35 habitações do Bravio, que foram entregues aos respetivos moradores. Em alguns casos, houve necessidade de adaptar a tipologia das habitações aos agregados familiares, sendo que nem todos permaneceram na mesma casa. Foi igualmente concluída a empreitada da Carreirinha no mês de janeiro, envolvendo a requalificação de 39 habitações, que foram entregues em fevereiro.

Como consta nos mapas anteriormente distribuídos aos grupos municipais, mantêm-se em curso as empreitadas na Terra de Chã, no Terreiro em São Mateus e no Lameirinho, correspondentes aos três lotes que tinham sido aprovados pelo IHRU, e concluiu-se também a empreitada da rede de abastecimento de água na Rua Maldonado em Santa Luzia.

Ao nível das escolas do concelho, foram realizadas diversas intervenções. Foi concluída a obra de substituição da cobertura na Escola dos Altares, que resolveu um problema de grandes infiltrações, procedeu-se à colocação de caleiras na Escola Infante D. Henrique no Alto das Covas e foi substituída toda a vedação da Escola de São Mateus que se encontrava bastante degradada.

Relativamente à Escola das Cinco Ribeiras, foi preparado o respetivo processo e lançado, no dia 11 de fevereiro, o concurso público para a sua reabilitação. Trata-se de uma empreitada com o prazo de execução de 270 dias e um investimento superior a quinhentos mil euros, representando um esforço financeiro bastante significativo para o município. A candidatura ao PO 2030 não tinha sido aprovada, por isso esperamos que seja aprovada a que vamos submeter neste momento que contém uma componente relacionada com eficiência energética e tem enquadramento no aviso que se encontra aberto até ao final do mês de março.

Em dezembro, o município procedeu ao pagamento das bolsas de estudo aos estudantes do concelho que frequentam o ensino superior, quer na Universidade dos Açores, quer fora da região. Foi igualmente assegurado o pagamento de propinas, incluindo a alteração referida em sessões anteriores da Assembleia Municipal, que passou a permitir também o pagamento de uma percentagem da propina dos alunos que estudam fora da região, sendo que apenas se aplicava aos alunos que frequentam o Polo da Universidade dos Açores no Pico da Urze em Angra do Heroísmo.

Prosseguem as obras no Centro de Interpretação da Fortaleza de São João Batista, e na ETAR, foi instalado um sistema de desidratação de lamas, além de outras intervenções de manutenção, nomeadamente ao nível de pinturas e da cobertura.

No que toca à obra do Mercado Municipal, já vos fiz o ponto da situação, assim como no que concerne aos apoios concedidos a quatro salões do concelho, permitindo a sua abertura no período de carnaval, mantendo assim viva a cultura em cada uma das freguesias do concelho.

Continua a obra de ampliação da zona verde do Fanal, que é muito importante para nós, assim como a intervenção na cobertura da Casa do Regalo. Encontra-se concluído e a aguardar a assinatura do empreiteiro, o contrato de empreitada para a pavimentação de sobras de estradas em diversas freguesias, e vai ser lançado o procedimento para as obras de pavimentação de valas. Por fim, e no âmbito das redes de água e esgotos, mantém-se em execução a obra na Via Vitorino Nemésio, desenvolvida em parceria com o Governo Regional.

Sr. d. m. Guilherme Bizarro (presidente da J. F. de São Sebastião): – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia e senhoras secretárias da Mesa, senhora presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, caros colegas presidentes de juntas de freguesia.

Gostaria de referir duas breves notas, tendo a primeira a ver com a oportunidade que tive – tal como muitos dos presentes – de assistir ao desfile das crianças no carnaval aqui em Angra, algo que me deixa sempre agradavelmente surpreendido, tendo em conta toda a logística verdadeiramente impressionante. Trazer todas aquelas crianças à cidade e conseguir que desfilem daquela forma exemplar, é algo merecedor de reconhecimento, um mérito que deve ser atribuído às entidades e instituições envolvidas: as escolas e outras entidades paraescolares, os serviços e o executivo da Câmara Municipal. É algo que se tem repetido todos os anos e muito me alegra. Parabéns.

Um outro assunto que aqui trago já não é tão agradável, embora não seja a primeira vez que o apresento à Assembleia Municipal. Refiro-me ao funcionamento do ecocentro de São Sebastião, que continua a deixar muito a desejar. Além de continuar a não funcionar da forma desejada, a situação esteve bastante mal na semana entre o carnaval sénior e o carnaval tradicional devido a uma falha na recolha de resíduos e o assunto surgiu novamente nas redes sociais. Hoje de manhã bastante cedo tive a oportunidade de me deslocar ao local antes de vir para esta sessão da Assembleia Municipal e constatei que o local continua semelhante a uma lixeira a céu aberto.

Chamo ainda a atenção para um dado que consta no relatório da atividade municipal. O ecocentro da vila de São Sebastião continua a receber quase o dobro dos resíduos de qualquer um dos outros dois ecocentros. No entanto, a frequência de recolha mantém-se idêntica à dos restantes – o que não me parece ajustado – e deveria ser reforçada em dobro ou de forma proporcional. Já se encontra lá em funcionamento um sistema de videovigilância, tendo-se verificado melhorias após a sua instalação e durante algum tempo, mas neste momento estamos a assistir a um retrocesso da situação.

Que eu tenha conhecimento, ainda ninguém foi autuado por más práticas de deposição de resíduos naquele ecocentro. Compreendo que existam dificuldades devido a limitações legais, uma vez que as imagens de videovigilância nem sempre constituem prova suficiente,

mas temos forçosamente que tomar outras atitudes porque o sistema continua a não funcionar como deveria. Sei que o executivo da Câmara Municipal reconhece a situação, porque a semana passada tive oportunidade de falar com a senhora vereadora.

Embora aquele ecocentro esteja localizado na vila de São Sebastião, é claramente uma situação de cariz municipal. Pelas suas características, estamos perante um serviço que é prestado ao município de Angra do Heroísmo e a toda a ilha Terceira e não apenas à freguesia de São Sebastião.

Sra. presidente da Câmara: – O desfile de carnaval das crianças deixou-nos também muito satisfeitos, sobretudo pela crescente participação das diversas escolas do concelho. Este ano contámos com a presença de uma escola que habitualmente não participava no desfile e associou-se a este evento. No total, estiveram mais de 2300 crianças envolvidas.

A Câmara Municipal tem vindo a incentivar esta participação, apoiando através da disponibilização de transporte para que as crianças se possam deslocar até à cidade. Apostámos também na animação para estas faixas etárias, garantindo-lhes alguns momentos de alegria com a oferta de uma pequena lembrança a cada criança, normalmente um chocolate. Não se pode considerar um lanche, mas é uma pequena gracinha.

A situação do ecocentro de São Sebastião também nos preocupa, um investimento realizado pelo município no mandato anterior com a convicção de que representaria uma mais-valia para o concelho. Foram construídos três ecocentros e, tanto quanto sei, o que ali se passa não se verifica nos restantes. Houve algumas ocorrências nos Altares, mas neste momento não disponho de informação que tal continue a acontecer. Neste ecocentro de São Sebastião foi instalado um sistema de videovigilância, mais um investimento que se fez com o objetivo de melhorar o controlo e identificar quem ali deposita resíduos de forma indevida.

Não podemos aceitar situações como as que vi em fotografias relativas ao ecocentro de São Sebastião, por isso e sem sombra de dúvida, temos que avançar com a aplicação de coimas. As pessoas têm que ser responsabilizadas e autuadas por procederem incorretamente num espaço com regras definidas. Infelizmente, constata-se mais uma vez uma crescente falta de civismo e não podemos depender apenas das entidades públicas, por isso é essencial exigir responsabilidades às pessoas.

Esta é uma realidade que se verifica em vários níveis, desde a limpeza urbana até à deposição de resíduos e beatas no chão, quando existem locais apropriados para o efeito. Estamos a tentar atuar o mais possível para uma redução deste tipo de situações de falta de comportamentos cívicos, embora considere que temos uma cidade e um concelho que nos orgulha pelas suas características ao nível da limpeza.

Penso que a situação do ecocentro de São Sebastião se resolverá com a aplicação de coimas, o que não tem sido feito até agora. Com a devida autorização do senhor presidente da Mesa da Assembleia, passaria a palavra à senhora vereadora Sónia Ferreira para nos prestar informações adicionais que considere pertinentes.

Sra. vereadora Sónia Ferreira: – Bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhora presidente da Câmara e colegas vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Como referiu a senhora presidente da Câmara, estamos a trabalhar num processo interno junto do nosso gabinete jurídico com o objetivo de incluirmos a questão das penalizações no regulamento para que possamos atuar os infratores pelos seus incumprimentos. Temos em andamento o processo para instalação de videovigilância nos restantes ecocentros e estamos a planear campanhas de sensibilização para que as pessoas adotem outros comportamentos em relação aos depósitos de resíduos.

Posso informar também que, devido às queixas que nos têm sido reportadas pelo senhor presidente da Junta de Freguesia, temos feito um esforço extra, intensificando as recolhas no ecocentro da vila de São Sebastião.

Sra. d. m. Cidália Parreira (presidente da J. F. dos Altares): – Bom dia senhor presidente da Mesa e senhoras secretárias, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

Gostaria de fazer um breve resumo do que se passa com o ecocentro dos Altares onde, por se tratar de uma freguesia rural, temos mais problemas por altura das podas. A falta de civismo não se verifica apenas no ecocentro, porque ainda ontem publiquei no Facebook a respeito dos contentores no caminho mas, em compensação, nos Altares tem-se verificado uma grande redução de lixo nas matas. Junto com a publicação que fiz acerca dos contentores nos caminhos, voltei a divulgar a informação que consta no panfleto que fora disponibilizado na altura da instalação do ecocentro. Com a aplicação de coimas, talvez os maus utilizadores acabem por perceber que têm que cumprir as normas.

Sr. d. m. André Castro: – No seguimento das explicações dadas pela senhora presidente da Câmara, saudamos e reconhecemos como fundamental o forte investimento que tem vindo a ser realizado ao nível da habitação no concelho no último ano, também impulsionado pelo PRR e pelo 1.º Direito, um esforço que se traduz na qualidade e durabilidade dessas habitações.

Temos ouvido alguns relatos associados às novas habitações que foram entregues há relativamente pouco tempo, nomeadamente a respeito de algumas infiltrações, rebocos com lascas e outros defeitos de construção, o que me leva a questionar o executivo se estão a ser feitas fiscalizações técnicas, se foram identificadas algumas inconformidades após a conclusão das habitações, que medidas estão a ser tomadas no sentido de se corrigir esses eventuais defeitos de construção e se as garantias estão a ser acionadas junto dos respetivos empreiteiros dentro das responsabilidades contratuais.

Considerando o volume significativo do investimento público envolvido, julgamos fundamental assegurar que as habitações entregues às famílias reúnam todas as condições de segurança, qualidade e durabilidade que se exige.

Sra. presidente da Câmara: – Relativamente à habitação social e às obras de reabilitação que têm vindo a decorrer nos vários bairros do município, posso dizer-vos que as intervenções já se encontram concluídas em dez bairros e apenas três ainda se mantêm com obras de reabilitação. Temos permanentemente um técnico no terreno, que visita regularmente os diferentes bairros, elabora relatórios e acompanha as situações que vão sendo relatadas e verificadas por nós. Sempre que sejam detetadas anomalias, o empreiteiro é chamado ao local para verificar as situações e regularizar o que estiver menos bem.

Gostaria de salientar o que esta semana referimos aquando da entrega de sete casas na Terra de Chã: estas casas foram construídas com um excelente isolamento térmico e a colocação de janelas oscilobatentes, mas as pessoas não as estão a arejar devidamente.

As anomalias detetadas estão a ser regularizadas pelos empreiteiros com o acionamento das devidas garantias. Foram relatadas algumas situações no Bravio e, na Carreirinha, identificámos um caso específico de falta de arejamento. Gostaria de conhecer alguma casa do concelho que não tenha problemas de salitre e humidade e aquelas não são diferentes, especialmente quando muitas foram realizadas num período de inverno.

Temos transmitido aos inquilinos que nos deem imediatamente conta de qualquer levantamento de tinta ou manchas nas paredes para que possamos contactar o empreiteiro. As situações estão a ser regularizadas, assim como outras que, decerto, surgirão. A qualidade exigida aos empreiteiros nestas reabilitações é muito superior à que existia no passado, e para o comprovar, basta visitar uma destas habitações.

Além do técnico que temos no terreno, o senhor vereador Rui Drumonde tem efetuado visitas semanais aos bairros para acompanhar de perto as situações, estabelecendo contactos permanentes com os empreiteiros e os inquilinos. Por mais que a nossa equipa de ação social explique como as coisas devem funcionar, por vezes há mau uso dos próprios equipamentos por parte dos inquilinos. É este o trabalho que vamos continuar a fazer, chamando o empreiteiro quando tiver que ser, e vamos marcando presença constante em todos os bairros.

Como referi no mandato anterior, não estamos apenas a requalificar as habitações com a devida qualidade, criando melhores condições para quem lá vive, estamos a fazer também um trabalho com uma forte componente social em parceria com outras entidades, quer através de um protocolo que celebrámos com a CARITAS ou com a participação das assistentes sociais do Governo Regional. É necessário muito trabalho de cariz social, que o município deve levar a cabo em parceria com outras entidades com competências na matéria. Há famílias que são sinalizadas e necessitam de um acompanhamento permanente para que não regridam ao estado em que se encontravam quando se iniciou todo este processo.

Estamos a falar de um investimento muito significativo por parte do município com o apoio de fundos europeus, que dificilmente voltaremos a ter, por isso deve ser muito bem aproveitado. As famílias têm sido devidamente sensibilizadas para os cuidados a terem na conservação das habitações, o município continuará atento e vigilante quanto à sua correta utilização, e sempre que for necessário proceder a correções, cá estaremos para as fazer.

Peço agora ao senhor presidente da Assembleia que conceda a palavra ao senhor vereador Rui Drumonde, que poderá complementar todas estas informações.

Sr. vereador Rui Drumonde: – Bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhora presidente da Câmara e caros colegas vereadores, senhores deputados municipais.

A senhora presidente da Câmara já nos relatou o que tem sido feito, dando conta de algumas situações que foram identificadas pelas nossas equipas técnicas da ação social e do urbanismo. Após visitas efetuadas a algumas habitações, foram claramente detetados problemas de infiltrações em algumas casas, que estão a ser trabalhados pelos empreiteiros. As condições climatéricas que se têm verificado nas últimas semanas não têm permitido as intervenções devidas, mas estão todas salvaguardadas e entrarão brevemente em execução.

Todo o trabalho que tem sido feito, visa também perceber a forma como as pessoas estão a utilizar as habitações. Além da fiscalização, existe um acompanhamento técnico da área social para podermos garantir que o investimento que está a ser feito não venha a ser danificado num curto espaço de tempo. Além de melhores condições de vida, pretende-se também que as pessoas adquiram novos hábitos de utilização das habitações, por isso temos que agir de forma mais próxima e célebre para que não sucedam situações menos agradáveis.

Quando somos chamados devido a queixas relacionadas com infiltrações, ao chegarmos ao local acompanhados pelo empreiteiro, verificamos que, em muitos casos, se trata apenas de condensações devido ao novo sistema térmico que foi implementado nessas habitações. Noutros casos, há claramente problemas, mas temos que esperar que as condições climatéricas nos permitam implementar as melhorias necessárias.

Assumimos que o tempo de espera nem sempre é o que as famílias desejariam, mas os empreiteiros têm assumido as suas responsabilidades. Por vezes é necessário proceder à substituição de alguns equipamentos, como bombas de calor, fornos ou placas, o que leva algum tempo devido à falta de material cá na ilha, situações que vamos tentando salvar o melhor possível. De um modo global, acho que as coisas têm corrido de forma bastante positiva.

Sr. d. m. Paulo Chaves: – Depois do esclarecimento bastante transparente da parte da senhora presidente da Câmara e do senhor vereador Rui Drumonde, gostaria de complementar que, nos bairros de Santa Luzia e de São Mateus, verificámos que há habitações cuja tinta dos tetos está a descascar por completo, apesar de as obras terem sido feitas há pouco tempo. Esta deve ser uma preocupação de todos porque o investimento do município é o investimento de todos.

Sra. d. m. Séfora Costa: – Bom dia senhor presidente da Assembleia Municipal e senhoras secretárias da Mesa, senhora presidente da Câmara Municipal e senhoras e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais e estimado público.

Ainda a respeito dos bairros sociais, o executivo da Junta de Freguesia de São Mateus da Calheta teve sempre o cuidado de ir acompanhando as entregas das casas que, de facto,

tiveram uma grande requalificação. As pessoas têm que se sentir felizes e agradecidas pelas requalificações que foram feitas e devem ter o cuidado de proceder à manutenção necessária das habitações. Como o meu colega acabou de mencionar, fomos tomando conhecimento de algumas infiltrações, que foram reportadas de imediato à Câmara Municipal e estão a ser resolvidas dentro dos possíveis como, aliás, acontece em todas as nossas casas.

Uma situação que não foi aqui referida e nos continua a preocupar é a necessidade de melhoramento do saneamento básico no acesso ao dito bairro dos pescadores e na zona do Bravio. Por enquanto a situação está calma por estarmos ainda no inverno, mas quando os dias se tornarem mais longos, voltaremos a sentir o mau cheiro, muito incómodo para quem ali mora, com impacto para a saúde pública e para quem nos visita.

Para não falar apenas em coisas menos boas, quero ressaltar a abertura deste executivo para, finalmente, proceder à requalificação da piscina do Negrito, que os mateusenses tanto têm reivindicado. Como estamos em fevereiro e devido a outros projetos, talvez a obra acabe inevitavelmente por impactar com a época balnear mas, por se tratar de uma necessidade, estamos certos que as pessoas não ficarão chateadas pela interdição à zona da piscina durante algum tempo, tendo em conta o retorno, ou seja, o melhoramento de toda aquela zona envolvente da piscina, que há muito vem sendo solicitado. Quero expressar o meu agradecimento e reconhecimento a este executivo que, desde a primeira reunião, pôs o assunto em cima da mesa com intenções de resolução.

Quero ressaltar também aqui a situação de toda a rede da escola, uma preocupação reportada pelos pais à Junta de Freguesia. Como sabemos, as verbas transferidas pelo município destinam-se a outras atividades do dia a dia e não para fazerem face a este tipo de necessidades. Fica aqui mais uma vez o nosso reconhecimento e agradecimento, sobretudo pela segurança das crianças que frequentam aquela escola.

Sra. presidente da Câmara: – Estivemos a preparar o procedimento relativo à estação de tratamento de águas residuais no Bravio, cujo concurso vai ser lançado no mês de março num valor superior a duzentos mil euros com um prazo de execução previsto de 120 dias. Esta é uma questão que nos preocupa imenso e não queremos que se repitam as situações de maus cheiros que aconteceram em 2025, apesar de, muitas vezes, serem provocadas por má utilização das redes. Acreditamos que esta obra da estação de tratamento de águas residuais venha colmatar este problema.

Terminadas as intervenções, a informação sobre a atividade municipal foi considerada apreciada pela Assembleia Municipal. (1/2026/AMAH).

1.2 – Int. 3179 - Primeira revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para 2026, onde foram inscritos os valores do saldo da gerência anterior no valor de 4 099 546,67 €. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sra. presidente da Câmara: – Lembro que esta incorporação do saldo de gerência pode ser feita nesta sessão da Assembleia Municipal de fevereiro ou na próxima sessão de abril aquando do apuramento de contas, mas optámos por fazê-lo de imediato. Este valor tem muito a ver com verbas que recebemos do IHRU, do PO 2030 nos dias 28 e 29 de dezembro de 2025, quando já não nos era possível efetuar pagamentos a fornecedores. Recebemos mais de 1,5 milhões de euros do PO 2030 e cerca de dois milhões do IHRU, além de outras verbas provenientes da EDA referentes a taxas de direitos de passagem e de outros projetos que candidatámos a fundos europeus. Estes, mais de quatro milhões de euros, equivalem a reembolsos referentes a obras já executadas e pagas com fundos próprios do município; a sua incorporação no saldo de gerência permite-nos fazer face aos pagamentos que temos em carteira.

A Revisão foi aprovada por maioria, com 27 votos a favor, sendo 24 do PS e 3 do PSD, e 9 abstenções, sendo 5 do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do deputado municipal do CHEGA. (2/2026/AMAH).

1.3 – Int. 944 - Plano Municipal de Ação Climática de Angra do Heroísmo. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sra. presidente da Câmara: – O município, através da contratação de uma empresa externa, preparou o seu Plano Municipal de Ação Climática, um documento obrigatório no âmbito da lei de bases do clima que define as políticas municipais relacionadas com o clima, além de outras ações que envolvem entidades externas ao município. O plano foi aprovado em reunião de Câmara e é apresentado à Assembleia Municipal para votação. Dado que foi disponibilizado aos senhores membros da Assembleia, vou escusar-me de ler de forma exaustiva as diversas ações que nele constam.

Sra. d. m. Michéle Aguiar: – Como bem referiu a senhora presidente da Câmara, o Plano Municipal de Ação Climática é o cumprimento de uma obrigação legal que permite a candidatura a financiamento nacional e europeu e estruturar políticas sectoriais nesta matéria; no entanto, para se afirmar como instrumento estratégico de liderança climática, tem que assumir metas públicas claras, sendo que algumas estão claras, mas outras são vagas e dificultam a sua monitorização. Não está definida a forma como serão monitorizadas as poucas medidas que estão definidas, assim como não constam refletidos nem orçamentados, os custos inerentes à sua implementação. Questiono também se houve alguma consulta pública referente a este plano.

Sra. presidente da Câmara: – O plano contém um conjunto bastante exaustivo de ações ou medidas, os indicadores obrigatórios de resultados, a estimativa dos custos e as entidades envolvidas na sua implementação.

O Plano Municipal de Ação Climática cumpre o que a lei determina, foi aprovado pela Câmara Municipal e reflete tudo o que é exigido pela lei de bases do clima. Poderão constar aqui medidas que não refletem as estimativas de custos, por dependerem de outras entidades e não apenas do município, mas não vejo qualquer problema relativo à falta de monitorização ou dos indicadores de resultado, e passo a citar: «Taxa de luminárias LED no sistema de iluminação pública no concelho de Angra do Heroísmo. Consumo de energia elétrica de iluminação pública no concelho de Angra do Heroísmo. Ação e iluminação pública eficiente e inteligente.» Não há aqui uma única medida que não tenha indicadores de resultado que terão que ser monitorizados por nós e constam também aqui as estimativas de custos. Este documento não foi a consulta pública.

O Plano Municipal em causa foi aprovado por maioria, com 30 votos a favor, sendo 23 do PS e 7 do PSD, e 8 abstenções, sendo 5 do PSD, 2 do CDS-PP e 1 do deputado municipal do CHEGA. (3/2026/AMAH). O deputado municipal André Castro ausentou-se no momento da discussão e votação deste assunto, em virtude de se encontrar impedido nos termos do artigo 69.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo.

1.4 – Int. 2241 - Primeira alteração ao Mapa de Pessoal, tendo em vista a introdução de um técnico superior (área de ciências da educação) para a Unidade de Promoção e Economia e um assistente operacional (mecânico) para os Meios Operacionais. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea o), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sra. presidente da Câmara: – Esta alteração tem a ver com a criação de uma vaga para um técnico superior na área da educação e uma vaga de assistente operacional na área de mecânica. A área da educação está estabelecida como prioritária pela Câmara Municipal com apoios a projetos pedagógicos das diversas escolas e também ao nível do plano de formação da StartUp Angra, que vai sofrer mais um incremento relativamente à capacitação de quem trabalha nas empresas e de jovens à procura do primeiro emprego, que poderão ter aqui um plano de formação reforçado.

A introdução de um assistente operacional tem a ver com a necessidade de contratarmos um mecânico devido aos custos extremamente elevados de manutenção das viaturas. Fazendo bem as contas, é mais compensador para o município a contratação de um mecânico para proceder à referida manutenção das viaturas da Câmara Municipal nas suas próprias oficinas.

Sr. d. m. Paulo Chaves: (Numa declaração de voto) – O grupo municipal do PSD vai abster-se na votação deste ponto. Segundo a fundamentação muito bem explicada pela senhora presidente da Câmara, não somos contra estes reforços de pessoal na Câmara Municipal; contudo este procedimento não pode voltar a acontecer, ou seja, o facto de se ter avançado com esta alteração ao mapa de pessoal sem a aprovação da Câmara e da Assembleia Municipal. Deixo este alerta e peço desculpa, caso esteja enganado.

Sra. presidente da Câmara: – Acho que há aqui algum tipo de confusão porque não se abriu concurso para estas vagas; o que se fez foi um anúncio na BEPA para um processo de mobilidade, como acontece com o Governo Regional e com outros trabalhadores da Câmara que foram mobilizados para a Educação e outros serviços, e no caso do mecânico, abrir-se-á concurso posterior à aprovação.

Não se está a fazer nada que não tenha tido aprovação da Assembleia Municipal. À semelhança do que o Governo Regional tem feito ao longo do tempo, inclusive com funcionários do município, o que se fez foi um processo de mobilidade. Estamos a cumprir estritamente a lei do trabalho em funções públicas.

Sr. d. m. André Castro: – Ontem ao ultimar os trabalhos para esta sessão da Assembleia Municipal, o grupo municipal do CDS-PP verificou que se encontra publicado no *site* da Câmara Municipal um procedimento de mobilidade interna com os mesmos termos e requisitos do que é hoje apresentado neste ponto da nossa Ordem de Trabalhos. Após consulta dos documentos, verificámos que este procedimento está a decorrer desde o dia 20 de janeiro e não foi dada qualquer explicação sobre o assunto na reunião de Conferência de Líderes ocorrida no passado dia 13 de fevereiro. Solicitamos um esclarecimento sobre o assunto, já que, como é do conhecimento geral, as aprovações das alterações ao mapa de pessoal da Câmara Municipal são da competência da Assembleia Municipal.

Não entendemos esta proposta de alteração ao mapa de pessoal para preenchimento de uma vaga no mesmo departamento, com os mesmos requisitos, especificações e procedimentos de um concurso de mobilidade.

É sabido que este executivo obteve um resultado eleitoral bastante expressivo, não deixando quaisquer dúvidas quanto à sua legitimidade para governar o município; contudo, mesmo dispondo de maioria no executivo camarário e na Assembleia Municipal, consideramos a situação muito confusa e um sinal de desrespeito para com os deputados da oposição e a própria Assembleia. Parece que os votos da oposição não contam para nada ou pouco ou nada acrescentam, por isso reiteramos o pedido de esclarecimento para que possamos votar em conformidade.

Em suma, senhora presidente, pedimos que nos explique como é possível que exista um concurso aberto de mobilidade interna com a classificação final, os mesmos termos e especificações e para a mesma unidade, tal como se pretende agora com esta alteração ao mapa de pessoal.

Sra. presidente da Câmara: – Não compreendo a indignação manifestada e não houve qualquer falta de respeito. Foi referido na reunião de Conferência de Líderes que se estava a propor uma alteração ao mapa de pessoal e tinha decorrido um processo de mobilidade, à semelhança do que acontece em diversas entidades do Governo Regional. Se quisermos falar de concursos, nomeações ou outras coisas, temos muito para falar, mas agora vamos centrar-nos nesta situação em que nada temos a esconder.

Devido à saída de um técnico da StartUp Angra, foi aberta uma mobilidade para a qual concorreu apenas uma pessoa, mas poderia ter concorrido quem quisesse. Eu sempre disse –

inclusive em reuniões de Câmara – que a nossa transparência é total. Nunca, este executivo ou outro do qual eu tenha feito parte, interferiu em qualquer concurso de pessoal para este município; basta analisar as admissões que têm sido feitas para se comprovar o que digo.

Caso seja do nosso interesse, do interesse do serviço de origem e da própria pessoa que está a concorrer, o que pretendemos é consolidar a sua transferência para o município e a mobilidade tem a duração de dezoito meses. Há relativamente pouco tempo, foram-nos enviados pela Direção Regional da Cultura, dois pedidos de consolidação de dois funcionários da Câmara Municipal, à semelhança de outros que já existem.

Este processo é o mais transparente possível e não vejo aqui qualquer falta de respeito para com quem se encontra à volta destas mesas. Se a pessoa em questão, está a fazer alguma confusão, pois também me faz muita confusão ver muitas outras pessoas noutros serviços, mas acho que não devemos entrar por aí.

Esta pessoa veio em mobilidade para saber se concordavam ou não. Não vejo onde está o problema e não devemos esconder que pretendemos uma pessoa da área da educação, que tem sido uma prioridade para nós. Sem o apoio deste município, muitas escolas do concelho não teriam dinheiro para desenvolverem os seus projetos pedagógicos. Basta assistir às reuniões das escolas para se ouvir o que lá é dito, para não falar da StartUp Angra, cujo programa de formação recebeu recentemente um prémio a nível nacional na área da educação.

Damos muita prioridade à educação, por isso queríamos um técnico desta área. Não se trata do técnico A, B ou C, mas do técnico que precisamos, e quando o procedimento de mobilidade foi aberto, poderiam ter concorrido outras pessoas da mesma área.

Se, futuramente, pretendermos alguém para determinadas áreas e as vagas puderem ser consolidadas, tanto melhor, assim como acontece noutros departamentos do próprio Governo Regional, mas acho que não devemos entrar por aí porque teríamos muito a dizer sobre o assunto.

Sr. d. m. Paulo Chaves: – O grupo municipal do PSD colocou apenas duas questões e a senhora presidente da Câmara respondeu em conformidade, por isso não precisa de ficar nervosa dessa forma, e considero manifestamente excessiva esta extrapolação para o Governo Regional. Não associei, nem comparei e não tenho nada contra, apenas comecei por fazer uma declaração de voto para deixar bem claro que o grupo municipal do PSD vai abster-se na votação deste ponto.

Como temos vindo a dizer desde o início deste mandato, faremos uma oposição fiscalizadora e minuciosa e não seremos um entrave à governação. Estamos aqui para o bem do município, nada temos contra ninguém e acabámos de dizer que somos a favor do reforço do quadro de pessoal da Câmara Municipal. Se não pudermos fazer perguntas aqui, onde as vamos fazer?

Repito que o grupo municipal do PSD ficou esclarecido e satisfeito com a resposta da senhora presidente da Câmara. Cada vez que há um problema mais complexo ou minucioso em relação à Câmara Municipal, não me parece que seja necessário extrapolar para outros

níveis governamentais. Estamos aqui a debater, e muito bem, sobre a Câmara Municipal de Angra.

Sr. d. m. André Castro: – Que fique bem claro que o CDS-PP não está contra ninguém. Lembro que no mandato anterior, sempre defendemos mais contratações da parte do município e estamos aqui apenas para dar o nosso melhor contributo para o concelho. Quanto a nomeações, contratações e concursos, julgo que o Partido Socialista tem também um longo histórico sobre a matéria, por isso não me vou pronunciar.

Nada temos contra o procedimento em causa, apenas achámos estranho um pedido de alteração ao mapa de pessoal nos mesmos termos e não vejo nada de extraordinário em tentar perceber a forma como as coisas ocorrem. Estamos aqui para fazer perguntas e ficar esclarecidos e não para criar problemas. A senhora presidente da Câmara falou neste ponto na reunião de Conferência de Líderes, mas não fez referência ao concurso de mobilidade, e pedimos esclarecimentos sobre o assunto pelo facto de ontem termos tomado conhecimento deste procedimento através do *site* da Câmara Municipal.

Sra. presidente da Câmara: – O senhor deputado tem todo o direito em fazer as perguntas que entender, porque é para isso que cá estamos, e temos também o direito de discordar.

Na reunião de Conferência de Líderes não foi dito que seria para consolidar porque não sei o que vai acontecer, dependendo da vontade da pessoa em causa, do município e do serviço de origem. Não vejo qualquer problema nesta situação porque cumprimos estritamente a lei do trabalho em funções públicas e não fizemos nada às escondidas de ninguém. O concurso de mobilidade está disponível na internet para quem o quiser consultar.

Sra. d. m. Michéle Aguiar: – Esta vaga é para reforço do quadro de pessoal ou tem o intuito da consolidação como referiu a senhora presidente da Câmara? Não sei se estamos a votar uma alteração ao mapa de pessoal para um concurso já a decorrer ou se se trata de um reforço de equipa aberto ao público em geral. Quando a senhora presidente falou inicialmente na mobilidade, deduzi que se trataria de um reforço da equipa da área da educação mas, ao falar em consolidação, deixou-me na dúvida.

Sra. presidente da Câmara: – Não se trata de qualquer concurso que esteja a decorrer. Esta mobilidade vem servir para colmatar a saída de um técnico superior de uma determinada área e caso haja entendimento entre as partes, o que se pretende é uma consolidação através da mobilidade. Se o entendimento for a consolidação da vaga daqui a dezoito meses, a mesma fica já criada no mapa de pessoal. Se não for para consolidar, a vaga fica criada para a abertura de um concurso.

A alteração ao Mapa de Pessoal foi aprovada por maioria com 31 votos a favor, sendo 24 do PS e 7 do PSD, e 9 abstenções, sendo 5 do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do deputado municipal do CHEGA. (4/2026/AMAH).

1.5 – Int. 41253 - Proposta de nomeação de júri composto por um presidente e vogais para o recrutamento do cargo de direção intermédia 2.º grau, Chefe da Unidade da Cultura e Desporto, de acordo com o n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto. Propõe-se ainda a atribuição das despesas de representação no montante previsto no n.º 1 do mesmo artigo ao candidato a seleccionar.

- **Presidente: Elisabete Fátima Lima Oliveira.**
- **Vogais: Pedro Sérgio de Lima Oliveira.
Samuel Mendes Rocha Vieira.**
- **Vogais suplentes: Paulo Manuel Borba Mont’Alverne Sequeira.
Paulo Henrique da Rocha Fantasia Cardoso.**

Sra. presidente da Câmara: – Trazemos para aprovação da Assembleia Municipal a nomeação do júri para o cargo de Chefe da Unidade da Cultura e Desporto já que, por questões de natureza pessoal, a pessoa que ocupava este cargo pediu a sua demissão. Temos um técnico em regime de substituição e pretendemos abrir um concurso para este cargo de chefe de divisão.

A proposta de nomeação do júri em causa, bem como a atribuição das despesas de representação, foi aprovada por maioria com 31 votos a favor, sendo 24 do PS e 7 do PSD, e 9 abstenções, sendo 5 do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do deputado municipal do CHEGA. (5/2026/AMAH).

1.6 – Ent. 16575 - Classificação como tourada tradicional da tourada à corda que se realiza por ocasião das Festas do Império do Terreiro – Bodo da Terra, sito na Freguesia da vila de São Mateus da Calheta. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos do n.º 1, artigo 45.º do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2023/A de 11 de maio.

Sra. presidente da Câmara: – A Junta de Freguesia da vila de São Mateus solicitou-nos que a tourada referente ao Bodo da Terra fosse considerada tradicional. Verificámos que são cumpridos os requisitos do artigo 46.º do Decreto Legislativo Regional n.º 37/2018/A, existindo há mais de quinze anos e estando ligada a uma festividade, por isso faz todo o sentido esta proposta da Junta de Freguesia da vila de São Mateus da Calheta.

Sr. d. m. André Castro: – O grupo municipal do CDS-PP vai votar favoravelmente esta classificação como tradicional, da tourada à corda que se realiza nas festas do Império do Terreiro em São Mateus com o nome de Bodo da Terra, porque manifesta uma tradição cultural muito forte da nossa ilha. Esta prática histórica define a identidade e a memória da vila de São Mateus da Calheta, contribui para a preservação de saberes e costumes, reforça a tradição cultural desta emblemática vila do nosso concelho e assegura a continuidade desta herança. O CDS-PP associa-se a esta proposta pelo seu valor cultural e social.

A classificação da tourada em causa como tradicional foi aprovada, por unanimidade. (6/2026/AMAH).

1.7 – Ent. 2191 - Voto de Congratulação pelo 50.º aniversário da Universidade dos Açores. Para aprovação da Assembleia Municipal.

A senhora presidente da Câmara procedeu à apresentação do voto em epígrafe:

“A Universidade dos Açores assinala neste ano 2026, o 50.º aniversário da sua fundação, apresentando ao longo do seu percurso a maior afirmação do ensino superior público na região autónoma dos Açores e a consolidação do pensamento crítico, científico, económico e social dos Açores, sendo um dos marcos da nossa autonomia.

A ideia de criar uma universidade nos Açores tomou forma por via da Junta Regional dos Açores que pressionou o então Governo da República para que tal acontecesse. Assim, a 9 de janeiro de 1976 surge o Instituto Universitário dos Açores com uma abordagem que obedecia à genética insular, distribuindo-se pelos três históricos centros regionais em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta.

Desde então, a Universidade dos Açores consolidou o compromisso profundo com o futuro dos Açores num contexto histórico exigente, sendo uma rede universitária com múltiplos fios entre docentes e investigadores e entre maturidade e promessas de futuro, pelo que em 1978 avança com um departamento na área da formação de professores com uma adesão de mil alunos, ao mesmo tempo em que criava uma residência para estudantes.

Em 1980 passaria a designar-se Universidade dos Açores num esforço reconhecido e contínuo marcado por uma intensa dinâmica, resiliência e capacidade de adaptação às circunstâncias de cada momento, sem nunca perder a sua matriz embrionária enquanto *alma mater* do ensino superior açoriano.

Ao longo de cinco décadas, a Universidade dos Açores assume a missão estratégica de fixar e qualificar recursos humanos, promover a coesão territorial e social, fortalecer a identidade cultural açoriana e contribuir para a afirmação nacional e internacional dos Açores. Tem desempenhado uma função indelével para a formação de gerações de profissionais especializados oriundos dos Açores, de outras regiões do país e do estrangeiro, que têm contribuído para a produção, disseminação e valorização do conhecimento científico, mais propriamente no que se refere às singularidades insulares, atlânticas e ultraperiféricas num modelo de funcionamento que congrega desde a primeira hora, o empenho e a responsabilidade, quer do Governo da República, quer do Governo Regional dos Açores.

Até 1980, o estabelecimento de ensino superior estaria unicamente dependente do Governo da República. Posteriormente e até 1994, passou por uma fase de dupla tutela entre o Governo Regional dos Açores e o Governo da República, sendo que, desde então e até ao momento atual, a universidade mantém-se unicamente dependente do Governo da

República, ainda que mereça o compromisso e constância do Governo Regional dos Açores para a manutenção do seu funcionamento tripolar.

Com um modelo tripartido, a Universidade do Açores conta com cerca de três mil estudantes e vinte docentes investigadores, organizando-se em quatro faculdades num subsistema universitário e duas escolas superiores no subsistema politécnico no Campus de Ponta Delegada, Angra do Heroísmo e Horta.

A Universidade do Açores assenta a sua oferta formativa nas áreas de Ciências Agrárias, Ambiente e Mar, Ciências Sociais e Humanas, Ciências e Tecnologia, Economia e Gestão e Administração e Saúde, abrangendo sete cursos técnicos superiores profissionais, 21 licenciaturas e preparatórios de mestrado integrado, 31 mestrados e dez doutoramentos.

A Universidade dos Açores tem vindo a reforçar a sua ligação a redes académicas e científicas internacionais, nomeadamente a sua recente integração na Aliança Económica EUNICoast, no reflexo da sua capacidade de ser um pilar local com sabor atlântico e conhecimento universal.

A história da Universidade dos Açores está indissociavelmente ligada à história da autonomia açoriana. Ao longo destas cinco décadas, a instituição tem promovido e ampliado o acesso ao ensino superior na região, tendo sabido adaptar-se a novas metodologias, estabelecer parcerias estratégicas e desenvolver projetos inovadores, conciliando o conhecimento científico com as oportunidades e os desafios próprios de um território arquipelágico. Este percurso é fruto do empenho coletivo de estudantes, docentes, investigadores, colaboradores, parceiros e da sociedade açoriana aliada a uma liderança firme, esclarecida e ágil por parte dos reitores, cujo labor se revelou decisivo para o desenvolvimento, a consolidação e a valorização da instituição.

Quando se assinala o 50.º aniversário da Universidade dos Açores, importa reconhecer o percurso histórico e institucional desenvolvido, bem como reafirmar a sua relevância presente e futura enquanto agente preponderante para a coesão social e territorial e para a transformação científica e socioeconómica da região autónoma dos Açores.

Assim, nos termos legais e regimentais aplicáveis, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo propõe a aprovação do presente Voto de Congratulação pelo 50.º aniversário da Universidade dos Açores, enaltecendo o reconhecimento público pelo contributo inexcelável prestado ao desenvolvimento científico, cultural e socioeconómico dos Açores.

Do presente voto, deve ser dado conhecimento à Universidade dos Açores e reitoria, ao Conselho Geral, à Faculdade de Ciências Agrárias e Ambiente, à Escola Superior de Saúde, à Associação Académica e à Associação de Estudantes do Campus de Angra do Heroísmo.”

Sra. presidente da Câmara: – Este Voto de Congratulação foi preparado pelos senhores vereadores da oposição e aprovado por toda a Câmara Municipal.

Sra. d. m. Chantell Pacheco: – Bom dia senhor presidente da Assembleia Municipal e senhoras membros da Mesa, senhora presidente da Câmara Municipal e senhores vereadores, senhores deputados municipais.

Criada em 1976, a Universidade dos Açores afirmou-se, ao longo de cinco décadas, como uma instituição fundamental para o desenvolvimento científico, cultural, social e económico, não só da ilha Terceira, como da região autónoma dos Açores, desempenhando um papel determinante na qualificação de jovens, sendo um pilar essencial na fixação dos mesmos e na promoção da investigação científica da região.

Ao assinalar cinquenta anos de existência, é justo reconhecer o contributo de todos quantos fizeram e fazem ainda parte da sua história: docentes, investigadores, estudantes, funcionários, dirigentes, parceiros institucionais e as duas associações, cujo empenho tem permitido afirmar a Universidade dos Açores no plano regional, nacional e internacional.

Assim, os grupos municipais do PSD e do CDS-PP associam-se a este Voto de Congratulação, endereçando-o à Universidade dos Açores pelos seus cinquenta anos, deixando o maior desejo de continuação de um excelente trabalho ao serviço da nossa cidade e região.

Sr. d. m. José Toste: – É com naturalidade que o grupo municipal do Partido Socialista se associa a este Voto de Congratulação pelos cinquenta anos da Universidade dos Açores, apresentado pela Câmara Municipal, tendo em consideração o papel relevante desta instituição para o nosso concelho.

A existência de um polo universitário em Angra do Heroísmo tem sido, sem margem para dúvidas, um dos grandes motores do desenvolvimento do concelho ao longo dos últimos cinquenta anos, com uma responsabilidade significativa na criação de massa crítica. Sem a instalação da Universidade dos Açores neste município, não teria sido possível a formação de muitos angrenses e a frequência de um grande número de cursos universitários.

Não podemos deixar de referir também que, por vezes, a Universidade dos Açores teve alguns comportamentos menos adequados para com o concelho de Angra do Heroísmo, designadamente aquando do encerramento do importante curso de gestão que, enquanto durou, permitiu abrir o leque de formação a muitos terceirenses.

O município de Angra do Heroísmo tem feito um grande esforço na manutenção do polo universitário de Angra do Heroísmo, designadamente com investimentos na residência universitária e outros, como decerto continuará a fazer em projetos futuros.

Esta instituição que agora celebra o seu 50.º aniversário tem um papel fundamental no desenvolvimento educacional dos munícipes do concelho de Angra do Heroísmo. Esperamos que todas as entidades públicas se esforcem para que continuemos a contar com a presença deste importante polo universitário no nosso concelho, caso contrário, será enorme a perda para a economia da ilha Terceira e dos Açores em geral. Grande parte dos quadros da administração pública regional e das empresas privadas da ilha Terceira foi formada na Universidade dos Açores, um trabalho meritório que deve ser saudado, destacado e comemorado.

Sr. d. m. André Castro: – É com naturalidade que o CDS-PP se associa a este Voto de Congratulação pelo 50.º aniversário da Universidade dos Açores, reconhecendo o papel determinante que a mesma desempenhou nestas cinco décadas ao nível das áreas: científica, académica, cultural e social na região autónoma dos Açores.

A Universidade dos Açores tem qualificado muitas gerações de açorianos – e eu sou um deles – fixando talentos no território e produzindo conhecimento estratégico nas áreas do mar, do ambiente, da agricultura, das alterações climáticas e da biodiversidade, entre outras. A sua presença com três polos em três ilhas do arquipélago tem vindo a reforçar a coesão territorial, afirmando a autonomia regional com a oferta de um ensino superior e investigação científica adequados à nossa realidade.

Celebrar estes cinquenta anos da Universidade dos Açores é reconhecer também o seu percurso, valorizar a comunidade académica de docentes, investigadores, estudantes e trabalhadores e reafirmar o compromisso no seu fortalecimento e projeção.

Por todas estas razões, o grupo municipal do CDS-PP associa-se a este Voto de Congratulação, expressando o nosso profundo reconhecimento pelo contributo inestimável da Universidade dos Açores para o futuro da região; contudo, concordo com o senhor deputado José Toste quando diz que a instituição se portou menos bem com o concelho de Angra do Heroísmo relativamente ao curso de Gestão no polo do Pico da Urze que, nos primeiros três anos de candidaturas, excedeu todas as expectativas com um corpo docente de excelência reconhecido por todos. Nunca antes se tinha assistido a tão grande dinâmica no polo de Angra da Universidade dos Açores. Posso falar à vontade sobre o assunto porque fui um dos participantes numa manifestação que se deslocou desde a Praça Velha até ao polo universitário do Pico da Urze. Foi com muita pena que assistimos à degradação de um curso na ilha Terceira, que muito contribuiu para a qualificação de pessoas e trouxe outras ferramentas ao nosso tecido empresarial.

O grupo municipal do CDS-PP vai votar favoravelmente este Voto de Congratulação pelo 50.º aniversário da Universidade dos Açores.

O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade. (7/2026/CMAH).

2. DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

2.1 – Revisão do Regimento da Assembleia Municipal. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Sr. presidente da Mesa: – O regimento que temos em vigor vem de 2006 e estava a precisar de algumas atualizações, já que nos últimos vinte anos houve várias alterações legais com implicações sobre a Assembleia Municipal. A proposta apresentada mantém a mesma sistemática, ou seja, os mesmos números, com duas alterações substantivas que a lei impõe à estrutura do documento: uma sobre a eleição da Mesa, que passa para o regime de lista

completa para evitar uma votação individual, e uma outra com vista a melhorar a distribuição de tempos no Período de Antes da Ordem do Dia, reforçando o tempo disponível para os partidos de menor dimensão aqui representados, tendo em conta a nova realidade na composição da Assembleia que, tradicionalmente era bipartida, mas já não o é.

Aproveito o momento para agradecer aos membros do grupo de trabalho pelo seu esforço e contributo para que resolvêssemos rapidamente o assunto. Expresso o meu agradecimento a todos os que participaram neste processo.

Sra. d. m. Michéle Aguiar: – Venho publicamente manifestar o meu agrado e elogiar todo o grupo de trabalho. Trabalhámos de uma forma muito cordial e foi com agrado que verifiquei que as propostas do CDS-PP foram prontamente acolhidas por todos os integrantes. Como é óbvio, vamos votar favoravelmente este documento.

A Revisão do Regimento da Assembleia Municipal foi aprovada por unanimidade. (8/2026/AMAH).

Sr. presidente da Mesa: – Farei os possíveis para que a nova versão do nosso regimento entre em vigor já na próxima sessão da Assembleia Municipal com uma nova edição destes caderninhos que distribuiremos por todos os senhores deputados.

2.2 – Proposta no sentido de ser aprovada a constituição de um grupo de trabalho para efeitos de revisão ao Regulamento de Insígnias e Medalhas Municipais do Município de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.

Sr. presidente da Mesa: – Esta proposta resulta também do que foi discutido na reunião de Conferência de Líderes. Propõe-se a esta Assembleia a criação de um grupo de trabalho semelhante ao que procedeu à revisão do regimento, com o objetivo de elaborar uma proposta para apresentar na próxima sessão da Assembleia no sentido de revermos a questão dos votos. Se a proposta for aprovada, no final da sessão os partidos farão o favor de indicar os seus representantes no referido grupo de trabalho.

A proposta foi aprovada por unanimidade. (9/2026/AMAH).

3. DOS GRUPOS MUNICIPAIS DO PS, PSD, CDS-PP e do deputado municipal do CHEGA:

3.1 – Voto de Pesar pelo falecimento de António Freitas Rocha Mendes. Para votação do órgão deliberativo municipal, por escrutínio secreto.

Depois de cumprimentar os presentes, o senhor deputado municipal Paulo Fagundes apresentou o voto em epígrafe.

“António de Freitas Rocha Mendes nasceu a 20 de dezembro de 1938 na freguesia de Santa Bárbara.

Viria a ser membro da Guarda Nacional Republicana, mas foi à arte, nas suas múltiplas formas, que dedicou a sua vida.

António Mendes foi músico, compositor, professor, regente e dirigente da Filarmónica Recreio de Santa Bárbara, tendo composto música para muitas outras filarmónicas. Foi autor, ator, encenador, ensaiador e cenógrafo de um sem-número de comédias, peças de teatro, bailinhos de carnaval, danças de espada, atos de variedades e marchas populares. Membro ativo e profundamente envolvido na vida religiosa da freguesia, a sua devoção manifestou-se também na criação de dezenas de hinos e cânticos religiosos e no ensaio de grupos corais. Escreveu vários artigos de opinião em diversos jornais editados na ilha Terceira e participou, em 1982, na criação do jornal *A Voz da Serra*, com sede em Santa Bárbara, do qual foi fundador e diretor. Escreveu ainda três livros.

Tudo isto parece muito e, ainda assim, qualquer descrição ficará sempre aquém da dimensão e do significado da sua obra.

Homem de personalidade vincada, espírito livre e humor mordaz, o seu nome está profundamente ligado à cultura barbarenses e, nesta freguesia, tão orgulhosamente prolífica na criação de arte e de artistas. O seu legado permanece vivo e assim há de continuar.

A 3 de fevereiro de 2026, o seu corpo deixou-nos, mas a sua arte permanece espalhada por toda a ilha, pelo arquipélago e também pela América do Norte e Canadá. Que essa herança cultural viva para sempre na memória deste povo.

Assim, os grupos municipais do PS, PSD e CDS-PP, bem como o deputado municipal do CHEGA, propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária, a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento de António de Freitas Rocha Mendes.

Do mesmo deverá ser dado conhecimento à família, à Junta de Freguesia de Santa Bárbara e à Filarmónica Recreio de Santa Bárbara.”

Sr. d. m. Délio Borges: – Damos também uma nota e um sublinhado a esta figura maior da cultura desta ilha. Este voto descreve todas as atividades desenvolvidas ao longo dos 87 anos de vida de António Mendes. Foi poeta, músico, compositor, professor, regente e dirigente de filarmónica, autor, ator, encenador, ensaiador, cenógrafo e um grande dinamizador das atividades culturais e sociais desta ilha. Associamo-nos a este Voto de Pesar.

Sra. d. m. Michéle Aguiar: – António Freitas Rocha Mendes foi um indivíduo que deixou uma vasta e riquíssima obra, abrangendo várias formas de expressão cultural que vão desde a música ao teatro, passando pela escrita e composição musical. Como forma de reconhecimento do seu importante contributo para a cultura terceirense, o grupo municipal do CDS-PP associa-se ao presente voto.

Após votação por escrutínio secreto, o Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade. (13/2026/AMAH).

3.2 – Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Meneses Martins. Para votação do órgão deliberativo municipal, por escrutínio secreto.

O senhor deputado municipal José Toste apresentou o voto em epígrafe.

“A Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento de Manuel de Meneses Martins, artista plástico e urban sketcher, natural da freguesia da Aqualva, ilha Terceira, onde nasceu em 1953, cuja vida e obra deixaram uma marca significativa na comunidade cultural e artística do concelho e da ilha Terceira.

Manuel de Meneses Martins iniciou a sua vida profissional em setembro de 1972 no Destacamento das Forças Armadas dos Estados Unidos, na Base Aérea n.º 4, onde desempenhou diversas funções, nomeadamente como operador de comunicações, rececionista, desenhador técnico e topógrafo.

A partir de 1992, destacou-se como ilustrador, designer gráfico e paginador do jornal “Crossroads”, evidenciando um percurso profissional marcado pelo rigor, criatividade e dedicação.

Paralelamente, desenvolveu um relevante trabalho de investigação histórica, tendo pesquisado, escrito e publicado o livro “Base das Lajes”, contribuindo para a preservação da memória coletiva e para a compreensão de um importante capítulo da história contemporânea da ilha Terceira.

Enquanto artista plástico e urban sketcher, realizou diversas exposições de pintura, com particular destaque para a aquarela, e foi monitor de oficinas de desenho e pintura, assumindo um papel ativo na formação artística e na promoção da cultura.

Foi um dos principais impulsionadores do movimento Urban Sketchers na ilha Terceira e, à data do seu falecimento, exercia o cargo de Presidente da Direção da Associação Urban Sketchers Ilha Terceira.

É igualmente de salientar que é da autoria de Manuel de Meneses Martins a obra “Campo de Aviação da Achada”, bem como o memorial “Voo do Açor”, que assinala o primeiro campo de aviação dos Açores, construído no lugar da Achada e inaugurado a 4 de outubro de 1930, constituindo ambos relevantes contributos para a valorização da memória histórica e patrimonial do concelho.

Manuel de Meneses Martins destacou-se, não só pelo seu talento artístico, mas também pela sua generosidade, humanidade e capacidade de criar espaços de partilha, aprendizagem e proximidade, deixando um legado humano e cultural amplamente reconhecido.

A sua morte representa uma perda sentida para a família, amigos, comunidade artística e para o concelho de Angra do Heroísmo. Permanece, contudo, a memória de um homem

comprometido com a arte, a cultura e a cidadania, cujo exemplo continuará a inspirar gerações futuras.

A Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo endereça à família enlutada, amigos e a todos os que com ele privaram, as mais sentidas condolências, manifestando solidariedade e profundo respeito neste momento de dor.

Assim, os grupos municipais do PS, PSD/CDS-PP e o deputado único do CHEGA propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária, a aprovação do presente Voto de Pesar, devendo o mesmo ser comunicado à família de Manuel de Meneses Martins e à Associação Urban Sketchers Ilha Terceira, como justa homenagem à sua vida, à sua obra e ao contributo prestado à comunidade.”

Sr. d. m. Délio Borges: – Sublinhamos também a figura marcante que foi Manuel de Meneses Martins, um homem da nossa terra conhecido sobretudo como um artista plástico, ilustrador, divulgador cultural e um dos grandes dinamizadores do movimento Urban Sketchers na região. O grupo municipal do PSD associa-se a este Voto de Pesar pela perda de Manuel de Meneses Martins.

Sr. d. m. Vítor Pereira: – Bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa da Assembleia, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais.

Tive o prazer de privar com o senhor Manuel Martins, uma pessoa que sempre manifestou um grande interesse pela aviação. Nos últimos dias conseguiu concluir uma pintura que retrata o memorial da Achada. Teve o prazer de a oferecer à aerogare civil das Lajes e será exposta junto à réplica do avião que efetuou o primeiro voo.

O grupo municipal do CDS-PP associa-se a este Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Martins, manifestando o seu mais profundo pesar pelo desaparecimento de uma personalidade que marcou a comunidade e pelo seu contributo cívico e humano.

Após votação por escrutínio secreto, o Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade. (14/2026/AMAH).

3.3 – Voto de Congratulação pelo 30.º aniversário da Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo.

Por fazer parte da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, a senhora deputada municipal Marília Vargas informou que se ausentaria da sala durante a discussão e votação do voto em causa.

Depois de cumprimentar os presentes, o senhor deputado municipal João Enes apresentou o voto em epígrafe.

“Assinalando-se, no presente ano, os trinta anos da Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, cumpre reconhecer e enaltecer o notável percurso desta instituição ao serviço da educação, da qualificação e do desenvolvimento da nossa comunidade.

A Escola iniciou a sua atividade a 5 de fevereiro de 1996, com a lecionação do curso de nível III de Animador Sociocultural – Assistente Familiar, na sequência de uma sugestão apresentada pelo então Instituto de Ação Social à Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, procurando colmatar lacunas identificadas no mercado de trabalho ao nível de recursos humanos qualificados na área social. Prosseguindo na área social, a Escola deu início, no ano seguinte, ao curso de nível III de Animador Sociocultural – Assistente de Geriatria. Desde então, tem diversificado as áreas dos cursos que ministra, procurando dar resposta às necessidades do mercado de trabalho. Assim, aos cursos já referidos, seguiu-se o curso de Técnico de Gestão do Ambiente, em 1998. Procurando corresponder à procura crescente de cursos desta natureza por parte de jovens que desejavam ingressar no mercado de trabalho, munidos de ferramentas que melhor possibilitassem essa entrada, e reconhecendo a pertinência crescente do ensino profissional como mecanismo essencial para a qualificação de recursos humanos, a Santa Casa da Misericórdia de Angra investiu na ampliação dos seus espaços, o que permitiu a lecionação de um maior número de cursos em simultâneo. Acompanhando essa ampliação física, a oferta formativa da escola foi igualmente crescendo, atingindo a sua dimensão atual, que permite a realização de formação em nove cursos simultaneamente.

Importa ainda sublinhar a aposta contínua na qualificação de jovens e adultos desempregados, através de programas como o “Intensivo” e o “Reativar”, em articulação com a Agência para a Qualificação, Emprego e Trabalho, bem como a forte componente de formação prática em contexto de trabalho, designadamente no curso de Turismo e Lazer, promovendo uma inserção profissional mais eficaz e sustentada.

Nos últimos triénios, a EPSCMAH tem oferecido cursos maioritariamente na área das Ciências Informáticas, atendendo à elevada taxa de empregabilidade neste setor e à necessidade de reforço da oferta formativa neste ramo do conhecimento, bem como nas áreas do Trabalho Social e Orientação e da Saúde, pelo impacto que a formação de profissionais nestes domínios assume, não apenas na Instituição Santa Casa da Misericórdia, mas em todas as instituições que prestam cuidados de saúde e de ação social. Paralelamente, verifica-se uma crescente necessidade de profissionais qualificados no âmbito da intervenção, organização e respostas asseguradas pela rede de Cuidados de Saúde e de Ação Social.

Em suma, a EPSCMAH tem vindo a conciliar as solicitações das empresas locais com o próprio histórico da Escola, em termos de experiência formativa e de relevantes parcerias com a comunidade educativa. O objetivo tem sido contribuir para um sistema educativo alinhado com as necessidades do tecido empresarial local, não descurando a orientação pessoal e

vocacional dos alunos, promovendo um ensino com uma abordagem educacional direcionada para o seu sucesso pessoal e profissional.

Ao longo de três décadas, a Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo ministrou um total de 83 cursos, formando e certificando 1056 formandos, dos quais 780 concluíram cursos profissionais de nível IV e 276 no âmbito do Programa “Reativar”. Registaram-se ainda 1170 matrículas nos cursos profissionais e 451 matrículas no âmbito do Programa “Reativar”, acrescidas de 18 no “Qualifica IN”, números que evidenciam a dimensão e o impacto da sua ação formativa.

Atualmente, encontram-se a frequentar a Escola, 113 formandos distribuídos por seis cursos profissionais de nível IV, lecionados por 45 professores/formadores, sendo de destacar que, ao longo destes trinta anos, mais de 1000 formadores e docentes colaboraram com esta instituição, contribuindo decisivamente para a sua consolidação e reconhecimento.

A Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo tem sabido conciliar as solicitações das empresas locais com a sua experiência formativa e a sólida rede de parcerias com a comunidade educativa, contribuindo para um sistema de ensino alinhado com as necessidades do mercado de trabalho, sem descuidar a orientação pessoal e vocacional dos seus alunos, numa abordagem centrada no sucesso pessoal e profissional.

Nestes trinta anos de atividade, a escola afirmou-se como um pilar essencial na qualificação de recursos humanos na ilha Terceira e na região, desempenhando um papel determinante na promoção da empregabilidade, na valorização do ensino profissional e no fortalecimento do tecido social e económico.

Assim, os Grupos Municipais do PS, do PSD, do CDS-PP e CHEGA propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária, a aprovação de um Voto de Congratulação pelos trinta anos da Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo. “

Sra. d. m. Michéle Aguiar: – Tão importante quanto o ensino superior, é haver oferta formativa que permita a especialização de quem não tem a possibilidade de prosseguir os estudos na área superior, por opção ou impossibilidade financeira.

Estando integrada numa instituição de elevado valor histórico e social, a Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo tem, ao longo destes trinta anos, sido um parceiro da economia local, levando a sua oferta formativa ao encontro das necessidades das empresas da ilha e, conseqüentemente, do concelho.

O grupo municipal do CDS-PP associa-se a este voto, considerando-o uma justa homenagem à Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo.

Sra. d. m. Guilhermina Silva: – Boa tarde senhor presidente e restante Mesa da Assembleia, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais.

O grupo municipal do PSD associa-se a este Voto de Congratulação apresentado à Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo pela passagem do seu 30.º aniversário. Saudamos o percurso da instituição e o contributo que tem dado à formação de jovens, sempre guiada pelo seu lema “Formação de excelência em ambiente familiar”.

O Voto foi aprovado por unanimidade. (10/2026/AMAH).

3.4 – Voto de Congratulação pelo 75.º aniversário do Sport Club Barreiro. Para votação do órgão deliberativo municipal.

A senhora deputada municipal Honória Leandro procedeu à apresentação do voto em epígrafe.

“Os grupos municipais do PS, do PSD, do CDS e o deputado municipal do CHEGA têm a honra e o privilégio de apresentar o presente Voto de Congratulação ao Sport Club Barreiro pela comemoração dos seus 75 anos de existência, em reconhecimento ao seu extraordinário percurso desportivo, à dedicação inabalável e ao contributo inestimável para o desenvolvimento do desporto na região autónoma dos Açores e em particular na Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.

Fundado em 01 de janeiro de 1951, o Sport Club Barreiro tem sido, ao longo de sete décadas e meia, um verdadeiro exemplo de excelência, perseverança e paixão desportiva. Desde a sua filiação na Associação de Futebol de Angra do Heroísmo em 1976, o clube não parou de crescer, tornando-se uma referência incontornável no panorama desportivo açoriano. O seu reconhecimento como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública em 1991 é um testemunho inequívoco da sua importância e do seu impacto positivo na sociedade.

Ao longo desta jornada memorável, o Sport Club Barreiro construiu um palmarés impressionante que honra toda a comunidade desportiva açoriana. Entre os seus feitos mais notáveis, destacam-se a histórica conquista da Taça Açores na época 2003/2004, quando representava a região na série Açores, quatro campeonatos da AFAH, sete torneios de preparação e dez Taças da Ilha Terceira, sendo o clube que detém o maior número de taças nesta competição. A presença frequente do Sport Club Barreiro como representante da AFAH na Taça de Portugal constitui uma prova adicional do seu elevado nível competitivo e da qualidade do seu projeto desportivo.

A atuação do Sport Club Barreiro vai muito além das conquistas desportivas. O clube tem promovido incansavelmente a prática desportiva entre os jovens, fomentando valores essenciais como o *fair play*, o trabalho em equipa, a disciplina, a responsabilidade e o respeito. Através do seu compromisso com a formação e com o desenvolvimento integral dos atletas, o Sport Club Barreiro tem contribuído de forma decisiva para a educação e para o crescimento de gerações de jovens terceirenses.

Por todo o empenho, esforço e paixão dedicados ao longo destas 75 gloriosas temporadas, o Sport Club Barreiro merece o nosso mais profundo e sentido agradecimento. O seu impacto positivo é visível, não apenas nos resultados desportivos, mas também no entusiasmo, no espírito de união e no orgulho que infunde na nossa comunidade. O clube é verdadeiramente um pilar fundamental da identidade desportiva e social da nossa ilha.

Assim, é com grande justiça e reconhecimento que atribuímos ao Sport Club Barreiro o presente Voto de Congratulação pelos seus 75 anos de existência, pelo seu extraordinário percurso e pelo relevante e inestimável contributo prestado ao desporto e à comunidade.

A todos os membros do clube, dirigentes, atletas, treinadores, funcionários e adeptos, dirigimos os nossos sinceros parabéns e os votos de que continuem a honrar e a elevar o nome do Sport Club Barreiro nas próximas décadas.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à direção do Clube, à Junta de Freguesia da vila do Porto Judeu e à Direção Regional do Desporto.”

Sra. d. m. Márcia Martins: – Boa tarde senhor presidente e restante Mesa, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais, senhores presidentes de juntas de freguesia.

O grupo municipal do PSD associa-se ao Voto de Congratulação ao Sport Clube Barreiro por ocasião da celebração do seu 75.º aniversário, marco histórico que assinala sete décadas de dedicação exemplar ao desporto e à comunidade.

Fundado a 1 de janeiro de 1951 na freguesia do Porto Judeu, o Sport Clube Barreiro construiu, ao longo de sete décadas e meia, um percurso de reconhecido mérito no panorama desportivo terceirense e açoriano, afirmando-se como uma instituição de referência na promoção do futebol e na dinamização do associativismo local.

A história do clube é marcada por relevantes conquistas desportivas, destacando-se os títulos alcançados no campeonato da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, nomeadamente nas épocas 2008/2009 e 2011/2012, bem como a participação em competições de âmbito regional que contribuíram para a projeção do clube e da sua comunidade no contexto desportivo dos Açores.

Para além dos êxitos competitivos, o Sport Clube Barreiro tem desempenhado um papel social de elevada importância, promovendo a formação desportiva de várias gerações de jovens, incentivando hábitos de vida saudáveis, cultivando valores fundamentais como a disciplina, o espírito de equipa, o respeito e o *fair play*.

O grupo municipal do PSD considera que o percurso do Sport Clube Barreiro constitui um património desportivo e humano digno de público reconhecimento, representando um motivo de orgulho para a freguesia do Porto Judeu, para o concelho de Angra do Heroísmo e para a região autónoma dos Açores.

Sr. d. m. Vítor Pereira: – Por todos os motivos já aqui apresentados, o grupo municipal do CDS-PP associa-se a este Voto de Congratulação pelo 75.º aniversário do Sport Clube Barreiro. Trata-se de um clube histórico com estatuto de utilidade pública, um forte contributo eclético e vencedor de vários títulos regionais em diversas modalidades, trazendo prestígio e reconhecimento, não só para a vila do Porto Judeu, mas também para o município de Angra do Heroísmo.

Tive, durante a minha vida, a sorte de ser atleta daquele clube e de verificar todo o trabalho que foi e é realizado no dia a dia para que hoje se esteja a festejar esta data.

O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade. (11/2026/AMAH).

3.5 – Voto de Congratulação a Constança Brasil pela conquista do Troféu Nacional de Dressage. Para votação do órgão deliberativo municipal, por escrutínio secreto.

A senhora deputada municipal Rita Santos procedeu à apresentação do voto em epígrafe.

“Constança Espínola Brasil, natural da freguesia de São Pedro, Angra do Heroísmo e atleta do Centro Hípico da Ilha Terceira desde 2015, sagrou-se vencedora do Troféu Nacional de Dressage. A competição decorreu no passado mês de novembro de 2025 na Feira Nacional do Cavalo na Golegã, tendo a atleta terceirense competido na Final Nacional do Troféu dos Campeões Regionais, escalão médio, na qual saiu vencedora.

A jovem de 17 anos começou a competição desportiva em 2016, obtendo a classificação de vice-campeã regional na competição pelo Troféu Dressage Póneis Portugal, escalão infantis. Com elevada disciplina e sentido de responsabilidade, Constança Brasil continuou o seu percurso, tendo alcançado o título de vice-campeã regional na Final do Troféu Dressage Póneis Regional, escalão iniciados no ano de 2019.

A atleta voltou a alcançar o pódio na final do Campeonato Dressage Regional, escalão Children com a classificação de vice-campeã regional. Em 2022, sagrou-se campeã regional na final do Campeonato Dressage Regional, escalão Children. Já em 2023, obteve a classificação de campeã regional na final do Troféu Dressage Póneis, escalão juvenis, e ainda foi vencedora do Troféu Nacional Dressage Póneis, escalão juvenis.

Em 2024, Constança Brasil continuou a demonstrar o seu talento, obtendo a classificação de vice-campeã na final do Troféu Dressage José Oliveira, Competição Dressage Regional, venceu o Campeonato Dressage Regional, escalão médio e ainda obteve a classificação de campeã regional na Final do Campeonato Dressage Regional, escalão médio.

Assim, em 2025, a atleta sagrou-se vencedora do Troféu Nacional de Dressage, feito que muito honra o concelho de Angra do Heroísmo.

Nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, os grupos municipais do PS, do PSD, do CSD-PP e o deputado municipal do CHEGA propõem a aprovação deste voto e do mesmo deverá ser dado conhecimento ao Centro Hípico da Ilha Terceira, à Junta de Freguesia de São Pedro e à atleta. “

Sr. d. m. André Castro: – É importante enaltecer sempre as conquistas dos jovens angrenses que, de alguma forma, contribuem para uma maior representação e promoção do nosso concelho e da ilha Terceira fora de portas. O CDS-PP associa-se a este Voto de Congratulação, que é mais um reconhecimento do trabalho dos nossos jovens ao nível do desporto.

Sra. d. m. Chantell Pacheco: – O grupo municipal do PSD na Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo associa-se a este voto, que é de extrema importância para a nossa cidade. As suas consequências dão destaque ao nosso concelho, à ilha Terceira e ao arquipélago dos Açores. Damos os parabéns à atleta e a todas as pessoas aqui mencionadas, que demonstram mais uma vez que o nosso município é um palco de talentos.

Após votação por escrutínio secreto, o Voto foi aprovado por maioria. (12/2026/AMAH).

3.6 – Voto de Congratulação pelo 40.º aniversário o Centro Hípico da Ilha Terceira. Para votação do órgão deliberativo municipal.

Após cumprimentar todos os presentes, o senhor deputado municipal Paulo Mendonça apresentou o voto em causa.

“A Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo congratula-se com a celebração do 40.º aniversário do Centro Hípico da Ilha Terceira, instituição fundada a 23 de janeiro de 1986, cuja história se confunde com o desenvolvimento do desporto equestre e com a promoção de valores humanos, sociais e desportivos na ilha Terceira e na região autónoma dos Açores.

Ao longo de quatro décadas, o Centro Hípico da Ilha Terceira afirmou-se como uma referência incontornável no panorama desportivo regional, distinguindo-se pela qualidade do trabalho desenvolvido, pela dedicação dos seus dirigentes, treinadores, atletas e voluntários, e pela promoção de princípios fundamentais como o espírito de equipa, a camaradagem, o respeito pelos outros, pela natureza e o sentido de responsabilidade.

Para além da formação desportiva, o Centro Hípico da Ilha Terceira tem desempenhado um relevante papel social e educativo, contribuindo para a formação integral de jovens praticantes e para a valorização do desporto enquanto instrumento de inclusão, cidadania e desenvolvimento comunitário.

O percurso de excelência alcançado é indissociável do empenho contínuo de todos quantos, ao longo dos anos, têm colaborado com esta instituição — dirigentes, atletas, famílias, parceiros e a comunidade envolvente — permitindo um crescimento sustentado e a obtenção de resultados de mérito que dignificam o concelho de Angra do Heroísmo.

Assim, os grupos municipais do PS, PSD/CDS-PP e o deputado único do CHEGA propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária, a aprovação do presente Voto de Congratulação, endereçando ao Centro Hípico da Ilha Terceira os mais sinceros parabéns pelos seus 40 anos de existência, formulando votos de contínuo sucesso, prosperidade e de muitos mais êxitos ao serviço do desporto, da juventude e da comunidade angrense.”

O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade. (15/2026/AMAH).

4. DOS GRUPOS MUNICIPAIS DO PSD E DO CDS-PP:

4.1 – Voto de Congratulação à administração da SATA pelo reforço de voos para a ilha Terceira. Para votação do órgão deliberativo municipal.

Sr. d. m. Paulo Chaves (Numa declaração de voto): – Na última sessão da Assembleia Municipal, perante o Voto de Protesto na altura apresentado, o grupo municipal do PSD informou que iria solicitar um requerimento com os dados e a apresentação das novas rotas do Verão IATA; contudo, optámos pela escusa do referido requerimento e decidimos avançar com o presente Voto de Congratulação, que passo a apresentar.

“O reforço das ligações aéreas para a ilha Terceira promovido pela administração da SATA constitui uma medida de elevada importância estratégica para a mobilidade dos açorianos, para o desenvolvimento económico da ilha e para a coesão territorial da região autónoma dos Açores.

A criação de duas novas frequências semanais entre a ilha Terceira e o Funchal, bem como o reforço das ligações entre a Terceira e Lisboa, passando a nove voos semanais. A manutenção das ligações internacionais à diáspora, nomeadamente com Boston e Toronto. O aumento do reforço de ligação interilhas, entre a Terceira e São Miguel neste caso concreto, com mais uma ligação semanal.

O aumento da oferta de voos contribui decisivamente para melhorar a acessibilidade da ilha Terceira, respondendo às necessidades da população residente, das comunidades emigrantes e dos visitantes, ao mesmo tempo que apoia setores fundamentais como o turismo, o comércio, os serviços e a atividade empresarial.

Este reforço de ligações aéreas traduz uma atenção particular às especificidades da ilha Terceira e ao seu papel central no contexto regional, promovendo maior regularidade, fiabilidade e capacidade de resposta no transporte aéreo, elemento essencial num território arquipelágico.

É igualmente de salientar o esforço da administração da SATA na valorização do serviço público do transporte aéreo, procurando conciliar a sustentabilidade económica com a missão de serviço às populações num contexto exigente para o setor da aviação.

Que este reforço de ligações aéreas contribua para um futuro com maior acessibilidade, desenvolvimento e qualidade de vida para a população da ilha Terceira e dos Açores.

Assim, os grupos municipais do PSD e do CDS-PP propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, a aprovação do Voto de Congratulação em causa, dele dando conhecimento à administração da SATA.”

Sr. d. m. José Toste: – O voto que aqui nos é apresentado esconde muitos motivos, pelos quais este dito reforço existe. O grupo SATA nunca serviu plenamente a ilha Terceira e

não é com o anúncio destas rotas que vai passar a fazê-lo. Não sei se os grupos municipais do Partido Social Democrata ou do CDS-PP possuem alguma informação extra porque, de acordo com o que é público, a rota Terceira/Funchal ainda se encontra em fase final de confirmação.

Faço parte da Assembleia Municipal e do Conselho de Ilha da Terceira há vários anos. Sempre que se falou no reforço das ligações aéreas, foi referida a necessidade de rotas entre a Terceira e o território continental e falou-se também em rotas internacionais. Em momento algum, o Funchal surgiu como uma rota necessária e, ao anunciá-la, a SATA pretende mais uma vez utilizar a ilha Terceira para garantir as suas obrigações de serviço público.

Importa perceber o que está na origem desta rota, que nunca foi reclamada pelo setor empresarial ou turístico, nem mesmo pelas forças vivas da ilha Terceira. Quem tem assento na Assembleia Municipal e vai acompanhando as discussões, sabe que, em momento algum esta rota foi reclamada, e ainda ontem alguém me perguntou quem a pediu; independentemente de quem o tenha feito, a verdade é que não traz qualquer benefício para a ilha Terceira. Se nos for dada, muito bem, mas não vejo motivos para nos congratularmos com isso.

Temos também aqui os nove voos semanais para território continental. Quanto foi necessário reforçar, a SATA nunca se manifestou disponível; agora, com a saída da Ryanair – que está na origem deste dito reforço – vem em socorro do Governo Regional. É isto que deve ser objeto de discussão.

Estas ligações semanais feitas pela SATA fazem com que recuemos ao período anterior à liberalização do mercado aéreo. No próximo verão teremos exatamente as mesmas ligações que tínhamos com Lisboa, com a diferença de serem realizadas apenas por duas companhias aéreas em vez de três.

Independentemente do que representará de positivo ou de negativo, não podemos esquecer que a Ryanair é uma companhia aérea reconhecida a nível europeu; basta consultar o seu *site* para se confirmar a quantidade de línguas em que se encontram traduzidas as rotas Lisboa/Terceira e Porto/Terceira. Os turistas a nível europeu consultam com frequência este *site* onde sempre constámos, o que vai deixar de acontecer.

Não deixa de ser curioso que a SATA e a TAP passem a realizar estas rotas exatamente após a saída da Ryanair. A rota Porto/Terceira, que até agora era feita também pela TAP e pela Ryanair, esta última com dois voos semanais, passa a ser realizada unicamente pela TAP que, ao contrário da SATA, até reforçou. Vamos passar a ter quatro ligações para o Porto operadas pela TAP.

Não há razões para nos congratularmos com a TAP e também não vejo motivos de contentamento em relação à SATA, que nunca se mostrou disponível para reforçar o número de voos quando necessário, demonstrando agora interesse em assumir os voos deixados pela Ryanair. Não há reforço de voos para a ilha Terceira, o que há é um aumento de voos operados pela SATA. Tratando-se do mesmo conselho de administração que anunciou que a Terceira era muito bem servida quando foi necessário o reforço de inverno, é certo que vamos continuar a ser «muito bem servidos» nos mesmos termos que anteriormente.

Já foi largamente discutido nesta Assembleia o voo adicional por semana para Ponta Delgada, mais um passo para agravar o problema com a afirmação de outro *gateway*, que não o da ilha Terceira. São facilitados os fluxos turísticos de uma ilha para a outra, mas no seguimento de voos internacionais através do *gateway* de Ponta Delgada, quando necessitamos de um reforço de voos para fora da região.

Como foi anunciado pelo líder do grupo municipal do PSD, este Voto de Congratulação aparece como contraponto ao Voto de Protesto que foi aprovado por esta Assembleia Municipal em dezembro de 2025. Assim sendo, não vemos motivos para nos congratularmos, até porque o número de voos não aumentou, a não ser que tenhamos em conta a tal rota para o Funchal, se nos explicarem o seu interesse para os empresários da ilha Terceira.

A verdade é que a saída da Ryanair faz com que tenhamos menos companhias aéreas a voar para a Terceira. Quando vemos o número de companhias que voam para outros *gateways* da região, confirmamos uma vez mais que o abandono da Ryanair vem penalizar ainda mais esta ilha. É verdade que a SATA vai compensar esta saída, mas não nos trará benefícios. Não temos motivos para nos exaltarmos e congratularmos com uma empresa que nunca tratou bem a ilha Terceira e não é agora que o vai fazer.

Somos uma assembleia municipal que dá voz ao povo de Angra do Heroísmo. De certa forma, compreendemos o que está a acontecer, que não passa de uma tentativa de desvio de atenção numa perspetiva de defesa dos interesses do Governo Regional.

Se, como eu, percorreram os salões de festas da ilha Terceira ao longo do último fim de semana, certamente tiveram a oportunidade de ouvir o que se foi dizendo a respeito da SATA. O povo terceirense não anda a congratular-se com o Governo Regional, muito menos com o tratamento que tem sido dado à Terceira pela administração da SATA.

Somos os representantes de um povo que se tem manifestado publicamente de forma clara e aberta, criticando o comportamento da administração da SATA para com o *gateway* da ilha Terceira, por isso não podemos deixar de votar contra, lamentando que se utilize esta Assembleia Municipal como uma caixa-de-ressonância.

Não contem connosco para aclamar e transformar os pequenos ganhos do Governo Regional em grandes ganhos dos terceirenses e tenho pena que o CDS-PP se tenha unido a este Voto de Congratulação, já que tem um capital político diferenciado do PSD a respeito destas matérias. Recordo que, há menos de um ano, o seu líder regional dizia que a TAP servia melhor a Terceira do que a companhia aérea regional, declarações que continuo a acompanhar porque, de facto, correspondem à verdade. A TAP é a única companhia que reforça efetivamente o número de ligações entre a ilha Terceira e o território continental com um voo Porto/Terceira.

Não vejo motivos para entrarmos em grandes louvores ou congratulações porque até ao momento nada indica o surgimento de um reforço efetivo e sério do número de voos para a ilha Terceira.

Sr. d. m. André Castro: – O CDS-PP associou-se a este voto, não para afirmar que está tudo bem, mas também para dizer que não está tudo mal. Tal como aconteceu em dezembro,

quando nos associámos ao Voto de Protesto relativamente à falta de acessibilidades à ilha Terceira, também reconhecemos quando existe um esforço no sentido de as melhorar. Foi nesse sentido que decidimos associar-nos a este voto.

Sempre que estejam em causa os interesses da ilha Terceira, o CDS-PP estará presente para criticar ou valorizar, mantendo sempre a sua coerência e sendo fiel à sua matriz. Como referi, a nossa associação a este voto não significa que consideremos que tudo esteja bem – porque não está – mas também não entendemos que esteja tudo mal.

Depois da nossa posição quanto ao estado das acessibilidades à ilha Terceira, é natural que vejamos com alguma satisfação a apresentação deste programa para o verão IATA, encarando-o como um sinal positivo e um indício de que foram ouvidas algumas das nossas recomendações. Certamente que não está tudo bem, mas é através de pequenos avanços que vamos alcançando os nossos objetivos. São estas conquistas que vão permitir manter a dinâmica do turismo na nossa ilha.

Concordando com o senhor deputado José Toste, a saída da Ryanair terá, naturalmente, algum impacto na ilha; ainda assim, importa reconhecer que este programa possa, de alguma forma, colmatar algumas falhas nesta área.

Independentemente das motivações que possam estar na origem do reforço de voos para a ilha Terceira, temos que reconhecer a parte da compensação da saída de outras companhias aéreas porque não podemos descurar a fiscalização e monitorização da promoção dos Açores e, em particular, da ilha Terceira.

O CDS-PP continuará atento e disponível para apoiar todas as soluções que reforcem a conectividade, valorizem o aeroporto das Lajes e contribuam para o desenvolvimento socioeconómico da ilha Terceira e dos Açores.

Sr. d. m. Carlos Ormonde: – Boa tarde senhor presidente e respetiva Mesa, senhora presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhoras e senhores presidentes de juntas de freguesia.

Procurarei não ser redundante em relação à intervenção do senhor deputado José Toste, que foi bastante assertiva ao jeito de uma retrospectiva global do que tem sido o trabalho da SATA para com a ilha Terceira.

Na vida, como em tudo, procuro estar sempre do lado da solução. Quando tomei conhecimento da apresentação deste voto, pensei de imediato que seria sempre melhor um aumento de ligações aéreas, mas o mesmo também me parece excessivo porque a SATA não está a fazer mais do que o seu trabalho.

Quando nos faltam dados concretos, por vezes optamos por não nos pronunciarmos sobre determinados temas que envolvam números e ficamo-nos pelo que vamos vendo e ouvindo na comunicação social, por isso fiz uma análise comparativa. Por não se tratar da minha área, procurei consultar alguns dados para melhor perceber o que se vai passando.

Todos estamos a par da situação crítica da SATA, do histórico de erros acumulados ao longo dos anos, das ingerências do Governo Regional e das sucessivas injeções de capital na companhia que acabam sempre por pesar nos contribuintes.

Após uma análise comparativa, para este verão estão previstos dois novos voos da Terceira para Lisboa, mantendo-se os sete voos para o Porto. Ponta Delgada tem trinta voos semanais para Lisboa e foi adicionado mais um, enquanto o Faial tem dez voos semanais para Lisboa, mais um do que a Terceira, o que não deixa de ser curioso, mesmo descontando alguma compensação por parte da TAP.

Enquanto a Terceira continua com sete, houve um reforço de três voos de Ponta Delgada para o Porto e uma redução de três para o Funchal, continuando a haver dez ligações Ponta Delgada/Funchal. Como estavam a sobrar voos de Ponta Delgada para o Funchal, deram dois à Terceira e ainda sobrou um, que provavelmente não seria rentável, e talvez se destine ao Faial um dia destes.

Como disse o senhor deputado José Toste, como terceirense, fico também contente por haver voos diretos para a Madeira e talvez aproveite alguns pontos para fazer uma viagem num destes fins de semana, já que fica aqui perto.

Do ponto de vista da mobilidade, das necessidades diárias das pessoas, das empresas e da economia, isto não nos resolve o problema. Não viajo muito e tenho dificuldades em marcar voos em cima da hora que, facilmente ultrapassam a fasquia dos seiscentos euros e o montante máximo de compensação do regime de mobilidade, o que demonstra que continuamos com falta de oferta e dificuldades nas ligações.

Fiquei surpreendido com uma outra consulta que fiz hoje de manhã. São dezassete as companhias aéreas que operam no aeroporto de Ponta Delgada, enquanto nós temos apenas seis, mesmo contando que a SATA Air Açores e a SATA Internacional sejam duas companhias. Atendendo a que, duas façam voos sazonais residuais, acabamos praticamente com quatro companhias aéreas.

A oferta de mobilidade da ilha de São Miguel em nada se compara com a da Terceira. Concordo com o senhor deputado Paulo Chaves quando diz que é melhor haver mais do que menos, mas não vajo razões para se transformar isso num Voto de Congratulação porque a SATA está a fazer o que lhe compete, nada mais do que o cumprimento da sua obrigação, e o mínimo que se lhe exige é um pouco mais de dignidade e atenção para com a mobilidade dos açorianos.

Ainda na linha da intervenção do senhor deputado José Toste, a saída da Ryanair vai levar a custos, difíceis de quantificar para já, mas decerto altamente lesivos para quem investiu no setor do turismo, por isso temos que olhar para tudo isto como um «emendar de mão».

A SATA criou uma estrutura chamada «Missão Açores». Cada vez que surge uma catástrofe, está na moda a criação de uma estrutura de missão com a esperança que venha resolver a situação. Pelo que li a respeito da referida estrutura de missão, seriam concentrados recursos nas rotas mais rentáveis, pensando nas necessidades dos açorianos, por isso espero que os terceirenses sejam também tidos em conta.

Sr. d. m. Hélio Ávila: – Boa tarde senhor presidente e restante Mesa, senhora presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhoras e senhores presidentes de juntas de freguesia.

Ainda no seguimento da intervenção do meu colega José Toste, lembro que as decisões que aqui tomamos devem ter em conta os interesses de quem representamos, por isso pergunto se vos é passível acreditar que os jovens angrenses e terceirenses encontram motivos de congratulação neste voto. Devo concordar que é sempre melhor um aumento de duas ligações aéreas, mas a verdade é que não há um reforço de voos para os jovens angrenses que estudam no continente; o que há é uma substituição de voos de uma companhia *low cost* por voos da SATA.

Numa época de tantas incertezas, com o aumento do custo de vida, a falta de clareza relativamente ao subsídio social de mobilidade e sem os voos *low cost*, os jovens estudantes deslocados terão ainda mais dificuldades em viajar para a ilha Terceira fora dos períodos de férias ou devido a pausas letivas.

Durante os cinco anos em que estive em Coimbra, fiz muitas viagens para a Terceira com a Ryanair, também devido ao seu preço, e verifiquei que, muitos dos voos eram ocupados por jovens estudantes que se deslocavam à ilha durante os fins de semana ou por três ou quatro dias quando lhes era possível devido a pausas escolares. A verdade é que, uma vez mais, os jovens também saem prejudicados com toda esta situação.

Como já foi aqui dito, havendo estes dois voos da SATA, sempre é melhor do que nada mas, enquanto membro desta Assembleia Municipal e representante do povo, não vejo motivos de contentamento, por isso não posso associar-me a este Voto de Congratulação. Continua no ar a dúvida a respeito de reforços de voos por parte da SATA em momentos críticos como a época de Natal ou de Verão, quando há mais procura também por parte dos jovens estudantes.

Sr. d. m. Paulo Chaves: – Senhor deputado José Toste, o grupo municipal do PSD não está aqui a fazer contrapeso de rigorosamente anda, estamos apenas a constatar factos. Sabemos que não está tudo bem, contudo é importante salientar o facto de haver um reforço por parte desta administração da SATA. Não me referi à Ryanair nem à TAP e não somos nós que o dizemos. É factual que a administração da Azores Airlines/SATA aumentou os voos para a ilha Terceira. O senhor deputado tem razão e não digo o contrário em relação à rota para o Funchal, porque também não sei se a mesma foi solicitada pelos empresários ou pela sociedade civil, mas é certo que vai existir e acho que deve ser motivo de regozijo.

Concordando com o senhor deputado Carlos Ormonde, é óbvio que não devemos ficar contentes e satisfeitos com apenas isto mas, enquanto terceirense, agrada-me a existência de um maior número de voos da parte da companhia aérea pública, tendo em conta as incertezas quando à possível saída da Ryanair.

O senhor deputado Hélio Ávila representa aqui os angrenses, assim como qualquer um de nós. Quanto aos jovens estudantes, o senhor tem um bom exemplo pelas bolsas que são atribuídas por este município e também pelas duas passagens aéreas de ida e volta que são

facultadas pelo Governo Regional e antes não existiam, por isso talvez não seja bom irmos por aí. Ao grupo municipal do PSD, não interessa entrar em discussões paralelas, apenas este Voto de Congratulação à SATA por algo que é factual, ou seja, mais voos, mais rotas para a ilha Terceira.

Sr. d. m. José Bernardo: – Boa tarde senhor presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, colegas deputados, senhores representantes das juntas de freguesia.

Tal como da última vez me associei ao Partido Socialista no Voto de Protesto respeitante à redução do número de voos para a ilha Terceira, desta vez também me vou associar ao Voto de Congratulação apresentado pelo PSD relativamente ao aumento de voos. Pode não ser o ideal e mesmo que seja pouquinho, sempre é melhor do que nada. Tudo o que for bom para a ilha Terceira é-o também para mim como angrense, terceirense e açoriano. Nós vamos votar a favor este Voto de Congratulação pelo aumento de voos.

Sr. d. m. André Castro: – Em resposta à intervenção do senhor deputado Hélio Ávila, devo dizer que os jovens estudantes não perderam direitos, apenas se mantêm na mesma situação; se perderam, foi por culpa das decisões centralistas do Governo da República e não da SATA ou do Governo Regional dos Açores. Como foi há pouco referido pelo senhor deputado José Toste, a SATA e a TAP vão colmatar a ausência da Ryanair e estas são boas notícias para os nossos empresários e para os jovens, que até poderão transportar mais bagagem.

Ainda sobre desta matéria, lembro que o CDS-PP Açores manifestou a sua insatisfação para com o seu grupo parlamentar na Assembleia da República a respeito ao subsídio de mobilidade social que foi votado esta semana. Demonstrámos que estamos contra a decisão e não a vamos aceitar, continuando esta luta para que os Açores, a ilha Terceira e em particular os angrenses, tenham os seus direitos garantidos, acessibilidades a preços justos e não sejam prejudicados por decisões tomadas pelo Governo da República.

Sr. d. m. José Toste: – Os votos aqui apresentados, de louvor e de congratulação, visam destacar feitos extraordinários. Se considerarmos feitos extraordinários, estes aumentos «melhor do que nada», estaremos a desvirtuar a natureza da congratulação a respeito de terceirenses ou instituições que, de facto, se vão destacando por feitos extraordinários, ou por outra, estaremos a dissolver a importância do que aqui vamos louvando e congratulando.

Em matemática simples, um é melhor do que nada, dois são melhores do que um e estamos a congratular a SATA, que nunca teve vontade de aumentar o número de ligações aéreas entre a Terceira e o território continental, estando apenas a pegar nos despojos deixados pela saída da Ryanair.

Independentemente da promoção do «Destino Terceira» feita pela Ryanair e o custo dos bilhetes que facilitava a vinda dos estudantes aos fins de semana, a maior relevância vai para o setor empresarial da Terceira, para quem investiu na hotelaria e no alojamento local, que sente a desaceleração do setor do turismo na ilha Terceira. Para estes não há qualquer acréscimo na substituição da Ryanair pela SATA. O acréscimo acontecerá na rota

Terceira/Funchal, que ainda não foi confirmada pela companhia aérea, e no voo semanal para São Miguel, que normalmente acontece no início ou no final do dia, servindo apenas para transportar os passageiros que depois apanham outros voos para fora da região e para trazer para a Terceira quem chega a Ponta Delgada no início ou no final do dia.

Sabemos que não há reforço de voos. Se começarmos a congratular o «melhor do que nada», fazemos com que esta Assembleia Municipal perca as razões de queixa para protestar quando nos dão apenas migalhas. Este órgão sempre ambicionou mais e melhor, nunca se deixando ficar pelo «melhor do que nada», quer fosse com as governações do Partido Socialista ou da Coligação. Se nos contentarmos com o «melhor do que nada», perdemos o capital de contestação e representação do povo da ilha Terceira, que fomos ganhando ao longo dos últimos vinte anos.

O Voto de Congratulação foi rejeitado por maioria com 23 votos contra do PS e 15 votos a favor, sendo 11 do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do deputado municipal do CHEGA. (16/2026/AMAH).

5. DO GRUPO MUNICIPAL DO PSD:

5.1 – Voto de Congratulação ao Governo Regional dos Açores e à Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira pela criação da nova unidade coronária no HSEIT. Para votação do órgão deliberativo municipal.

Por fazer parte da administração do HSEIT, a senhora deputada municipal Michéle Aguiar ausentou-se da sala durante a apresentação, discussão e votação do presente voto.

A senhora deputada municipal Márcia Martins procedeu à apresentação do voto em epígrafe.

“A criação da nova Unidade Coronária no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira constitui um marco de elevada relevância para o Serviço Regional de Saúde, para a população da ilha Terceira e do conjunto da região autónoma dos Açores.

Esta nova valência representa um avanço significativo na prestação de cuidados de saúde diferenciados, permitindo uma resposta mais eficaz, célebre e especializada às patologias cardiovasculares que continuam a ser uma das principais causas da morbilidade e mortalidade.

A existência de uma unidade coronária devidamente equipada e dotada de recursos humanos qualificados reforça a capacidade de diagnóstico, tratamento e acompanhamento de doentes em situações críticas, contribuindo sucessivamente para a melhoria dos indicadores de saúde e para a salvaguarda de vidas humanas.

Importa igualmente destacar o empenho e a dedicação dos profissionais de saúde: médicos, enfermeiros, técnicos e demais colaboradores, cujo trabalho, competência e compromisso tornam possível a concretização e o funcionamento desta unidade, elevando o nível de excelência do hospital e do Serviço Regional de Saúde.

Este investimento traduz uma clara aposta na valorização da saúde pública, na descentralização de cuidados especializados e na redução das desigualdades no acesso aos serviços de saúde de elevada complexidade, reforçando a confiança da população nas instituições públicas.

Assim, o grupo municipal do PSD propõe à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo a aprovação do Voto de Congratulação em causa devendo, do mesmo, dar conhecimento ao conselho de administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira e ao Governo Regional dos Açores.”

O Voto de Congratulação foi rejeitado por maioria com 24 votos contra do PS e 14 votos a favor, sendo 11 do PSD, 2 do CDS-PP e 1 do deputado municipal do CHEGA. (17/2026/AMAH).

6. DO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP:

6.1 – Voto de Congratulação ao Governo Regional dos Açores e à Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira pela reabertura da unidade de cuidados intermédios coronária. Para votação do órgão deliberativo municipal.

O senhor deputado municipal Vítor Pereira procedeu à apresentação do voto em epígrafe.

“No passado dia 12 de janeiro de 2026, o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira inaugurou a Unidade de Cuidados Intermédios Cardíaca em homenagem ao doutor José Gabriel Coelho Gil.

Esta reabertura representa um importante avanço na diferenciação dos cuidados coronários prestados aos utentes das ilhas: Terceira, São Jorge e Graciosa, das quais o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira é o hospital de referência.

Em outubro de 1979, pela mão do homenageado, foi inaugurada a primeira Unidade de Cuidados Coronários dos Açores, tratando-se de um serviço de nível 2 diferenciado, dotado de profissionais altamente treinados para a prestação deste tipo de tipologia e de cuidados, essencial numa área clínica em que um doente, aparentemente estável, pode rapidamente evoluir para uma situação crítica.

O serviço funcionou até 2012 no antigo hospital de Angra do Heroísmo, sendo desativado aquando da transferência para as atuais instalações do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira. A equipa altamente especializada foi então distribuída por vários serviços do novo hospital, ficando a especialidade de cardiologia integrada numa enfermaria multidisciplinar. Desde esse momento, o CDS-PP alertou de forma consistente para as consequências da extinção desta valência diferenciada, defendendo ao longo dos anos a necessidade da reposição de uma unidade intermédia de cuidados cardíacos na ilha Terceira. Já em 2012, foi assumida publicamente essa posição pelo CDS-PP, sustentada em critérios clínicos, boas práticas internacionais e no princípio da equidade no acesso aos cuidados de saúde. Durante mais de uma década, a ausência desta

resposta traduziu-se em evacuações médicas que, em muitos casos poderiam ter sido evitadas, com custos acrescidos para o sistema de saúde e impactos humanos significativos para os doentes e suas famílias.

A reativação agora concretizada constituiu, por isso, um sinal positivo para a região e para a ilha Terceira, permitindo que muitos doentes passem a ser tratados na sua ilha com menos dias de internamento, menos complicações clínicas e menor necessidade de transferências interilhas. Este passo assume também um relevante significado estratégico, criando condições para a futura instalação de uma unidade de hemodinâmica na ilha Terceira capaz de assegurar intervenções rápidas em situações críticas como um Enfarte Agudo do Miocárdio, onde o tempo de resposta é determinante para salvar vidas e reduzir sequelas.

Os factos, hoje demonstram a importância destas estruturas que contribuem para uma resposta essencial, mais eficaz, mais humana e mais eficiente, reforçando a coesão do Serviço Regional de Saúde.

A concretização desta unidade representa assim, não apenas um avanço na prestação de cuidados, mas também na concretização de uma reivindicação antiga e persistente em defesa dos doentes terceirenses e açorianos.

A reabertura da Unidade de Cuidados Intermédios Cardíaca permitirá elevar a prestação de cuidados de saúde a um nível de maior excelência, constituindo igualmente um importante serviço de apoio à futura Unidade de Hemodinâmica da ilha Terceira, cuja concretização deverá continuar a ser assumida como objetivo estratégico para a região.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o grupo municipal do CDS-PP propõe a aprovação do presente Voto de Congratulação pela reabertura da Unidade de Cuidados Intermédios Cardíaca, elogiando o compromisso público do Governo Regional dos Açores e do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira com a saúde dos açorianos.

Do presente voto deve dar-se conhecimento ao presidente do Governo Regional dos Açores, à Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social e ao conselho de administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira.”

Sr. d. m. José Toste: – Por se tratar da saúde das pessoas, vou medir os termos desta minha intervenção. Estes dois votos apresentados de forma distinta pelos grupos municipais do PSD e do CDS-PP permitem-nos analisar a ponderação que cada um faz sobre esta unidade coronária de cuidados intermédios do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira. Fica também evidenciado nestes dois votos, o histórico de reivindicação distinto entre os dois partidos, não obstante a possibilidade de uma análise conjunta destes votos.

O voto apresentado pelo CDS-PP coloca a tónica numa realidade futura que eventualmente poderá ser merecedora de congratulação por ambicionar mais e melhor, mais propriamente no que diz respeito à instalação de um serviço de hemodinâmica na ilha Terceira, que é importante e tem vindo a ser reivindicado pelo partido, enquanto o PSD demonstra algum esquecimento da situação, o que denota um certo conflito latente entre

quem pretende o serviço de hemodinâmica e quem tenciona substituí-lo por uma unidade de cuidados coronários, fingindo tratar-se da mesma coisa. Aqui devo louvar o CDS-PP que não se esquece da ambição maior que, infelizmente, ainda não se concretizou.

Ambos os votos aqui apresentados partem de uma narrativa de falta de resposta aos doentes coronários desde 2012 no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, o que é falso, porque os atuais recursos humanos da nova unidade hospitalar são os mesmos que existiam antes da sua inauguração, tal como as camas afetas ao serviço de cardiologia, que foram reduzidas de doze existentes na UT1 para as atuais sete ou oito. No fundo, cria-se a ilusão que a opção gestionária que foi tomada em 2012 não teve por base o superior interesse do utente, o que não corresponde à verdade porque as quatro camas que existiam na unidade de cuidados intermédios foram alocadas ao serviço de cuidados intensivos, garantindo uma maior cobertura e atenção, tendo em consideração a presença física de um médico internista, bem como enfermeiros altamente especializados na resposta ao doente crítico.

Existe agora uma diferente visão gestionária da forma como este serviço deve ser organizado. Não coloco em causa que a decisão tenha tido em consideração o superior interesse do doente, mas a unidade, tal como se apresenta neste momento, não significa qualquer mudança nos procedimentos ou no reforço de recursos humanos no hospital. Os enfermeiros que lá trabalham transitaram dos anteriores serviços, os médicos são exatamente os mesmos, com as mesmas competências e o mesmo grau de formação, e serão também mantidos com esta unidade coronária, os casos que eram objeto de evacuação médica.

Esta reorganização administrativa do funcionamento do serviço de cardiologia pode vir a melhorar, tendo em conta as sinergias mas, pela forma como ocorreu, não significa melhorias para o utente em termos dos procedimentos praticados. Aguardemos pelo serviço de hemodinâmica que poderá ser o alicerce e o fator diferenciador do HSEIT.

Este voto tem ainda a agravante de esconder um problema que vamos ter nos próximos meses relacionado com a previsão da criação de um hospital central no Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada. Congratular o Governo Regional por esta medida é, uma vez mais, aceitar as pequenas migalhas atiradas ao Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira em detrimento do investimento que vai ser feito no HDES, e não é por acaso que esta unidade é inaugurada no dia em que é tornado público que o grupo de trabalho que avaliou os planos funcionais criados por empresas especializadas, veio propor ao Governo que fossem acrescentadas cem camas e cerca de mais cinquenta ou sessenta gabinetes médicos no HDES.

Com estes votos pretende-se que nos congratulemos com uma nuvem de fumo criada pelo Governo Regional, dando ares de credibilidade que não podemos aceitar com base na autoridade que foi ganha por esta Assembleia Municipal.

Não podemos deixar de lamentar que, com tantos atletas e instituições para louvar neste concelho, o grupo municipal do PSD se lembre de louvar apenas as atitudes do Governo Regional. Não se esqueçam dos que trabalham por este município e não contem com o grupo municipal do Partido Socialista para encobrir com nuvens de fumo e dar cobertura a algo que não passa de uma reorganização de serviços.

Sr. d. m. Paulo Chaves: – Senhor deputado José Toste, em relação à credibilização, há pouco nesta Assembleia, vi colegas seus a apresentarem votos e funcionários a recolhê-los. Não estamos a querer furar a dignificação desta Assembleia, que merece toda a credibilidade, mas é a segunda vez que o senhor procura confusões onde elas não existem.

Este é um Voto de Congratulação por mais um serviço diferenciado e o senhor deputado tem razão. É preciso lançar esta base para que depois surja a outra. Como é que o senhor deputado pode dizer que é contra o lançamento da primeira base, que irá lançar a outra? O senhor disse que estamos a nivelar por baixo, mas o que estamos a fazer é a abrir um caminho necessário e o senhor deputado sabe disso.

Não pretendemos criar guerras entre a Terceira e São Miguel, porque o hospital serve Angra do Heroísmo e a ilha Terceira. O grupo municipal do PSD está apenas a ressalvar um processo inicial para depois se dar o salto para o tal serviço diferenciado e especializado. O senhor deputado sabe muito bem que, se não for dado esse passo, não chegaremos lá.

Para o senhor deputado José Toste está tudo mal e nada está a ser bem feito. Acredito que o senhor seja um grande defensor da ilha Terceira, mas o grupo municipal do PSD tenciona apenas ressalvar a diferenciação de mais um serviço para esta ilha. Com este voto não pretendemos transformar nem escamotear rigorosamente anda. Tal como no voto anterior, estamos apenas a ressalvar este serviço.

Sr. d. m. André Castro: – A tónica referida pelo senhor deputado José Toste que o CDS-PP colocou no voto que apresentou não é mais do que a correção de um erro que se arrastava desde 2012 por opção do Partido Socialista. O CDS-PP sempre defendeu a continuidade desta unidade no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira e o seu encerramento fez com que a equipa de enfermagem fosse toda distribuída pelo hospital.

Quanto à perspetiva futura que também referiu, decorre neste momento e dentro dos prazos ao abrigo do PRR, um procedimento para a aquisição do equipamento. Não está ainda em funcionamento, mas a hemodinâmica será uma realidade aqui na ilha Terceira, aumentando a capacidade de resposta, evitando evacuações e reforçando a capacidade de internamento no HSEIT.

O CDS-PP sempre se manifestou a favor e continuará a defender uma redundância contra o centralismo num único hospital em São Miguel porque o Serviço Regional de Saúde só poderá resultar com uma boa articulação e funcionamento de todas as partes.

Ao longo dos anos, temos insistido num melhor funcionamento do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, o que se tornou uma realidade com este Governo. Tem sido feito um excelente trabalho, tentando responder às necessidades dos angrenses e dos praienses.

Pegando nas palavras do senhor deputado José Toste, sejamos ambiciosos e valorizemos o trabalho que está a ser feito. É certo que não está tudo bem e o hospital não dispõe de todos os serviços que desejaríamos, mas estamos a avançar nesse sentido. Aguardemos a conclusão do procedimento concursal para a instalação da unidade de hemodinâmica com vista a corresponder às expectativas e necessidades da população terceirense.

Sra. d. m. Marília Vargas: – Muito boa tarde senhor presidente da Assembleia e senhoras membros da Mesa, senhora presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais e quem nos ouve lá em casa.

Sou médica, trabalho no hospital desde 2005 e acompanhei a transição para o hospital novo, por isso cabe-me esclarecer algumas premissas erradas que têm vindo a ser ditas pelas bancadas do PSD e do CDS-PP.

No novo hospital optou-se por um modelo de organização diferente, que tem sido adotado em muitos hospitais recentes com a transformação dos serviços em departamentos. Temos o Departamento Cirúrgico com as Unidades de Tratamento 1 e 2 e o Departamento de Medicina com as Unidades de Tratamento 1, 2, 3 e 4. As diversas especialidades médicas estão distribuídas nessas unidades como estava a Cardiologia.

O que aconteceu com a abertura desta Unidade Coronária foi basicamente uma alteração do modelo de organização dos serviços do hospital e nada mais do que isso. O que estava na UT1 da Cardiologia passou para esta Unidade de Coronária, não estão a ser feitos novos procedimentos e nem há pessoal mais habilitado.

O que estão a referir acerca de um serviço mais diferenciado poderá ser uma realidade quando houver um laboratório de hemodinâmica que, infelizmente, ainda não existe. Quando tal acontecer, aí sim, teremos procedimentos diferenciados, mas será preciso dotar essa mesma unidade com recursos humanos e equipamentos. Neste momento não dispomos de profissionais que saibam fazer os procedimentos de Angioplastia e Cateterismo, por isso é totalmente falso que se diga que neste momento há uma diferenciação.

Gostaria que explicassem como vão diminuir o número de evacuações médicas quando houve simplesmente uma mudança de camas dos serviços. Os profissionais vão continuar a ver as mesmas patologias e não irão abraçar mais procedimentos.

Há muitas premissas falaciosas, erradas e falsas nestes documentos, por desconhecimento da matéria ou pela tentativa de gerar alguma confusão nas pessoas sobre o que é a Unidade Coronária e a Unidade de Hemodinâmica que são coisas completamente distintas.

Quando houver uma Unidade de Hemodinâmica, muito bem, mas não vamos congratular-nos por uma gestão interna do hospital porque é assim que vejo esta Unidade Coronária.

Sr. d. m. José Toste: – Como já foi aqui referido, em 2012 houve uma opção de reorganizar todos os serviços, agrupando-os, e o que se passou com a distribuição do serviço de cardiologia, aconteceu com muitas outras especialidades que tinham os seus passos perfeitamente definidos no antigo hospital.

No seguimento das melhores práticas ao nível mundial e com base no superior interesse do doente, optou-se sempre por um tipo de organização diferenciada. Alocando aos cuidados intensivos, as quatro camas que estavam nos cuidados intermédios, não significa uma degradação da qualidade do serviço que era prestado em termos de cardiologia, antes pelo contrário, permitia uma melhor monitorização, acompanhamento e atenção a cada utente,

algo que nunca foi aceite por parte de alguns clínicos que reclamavam a reposição do modelo anterior.

Como já referi, não tenho qualquer dúvida que esta forma de organização tem por base o interesse dos utentes, mas é manifestamente excessivo este exacerbar em termos de comunicação política externa, como se tratasse de um grande ganho para o HSEIT.

Todos sabem que esta Assembleia Municipal sempre reivindicou melhores serviços de saúde para a ilha Terceira, por isso volto a repetir ao senhor deputado Paulo Chaves, que não concordamos com a credibilização desta narrativa criada pelo Governo Regional a respeito da oferta de serviços melhores e diferenciados.

Fica o aviso que não é uma boa prática, a utilização desta Assembleia Municipal como caixa-de-ressonância para credibilizar a argumentação do Governo Regional e cá estaremos para rejeitar qualquer intenção da parte do PSD nesse sentido. Foi assim com a tentativa de se fazer aprovar um Voto de Congratulação ao conselho de administração da SATA e assim será com esta tentativa de fazer passar também um Voto de Congratulação ao Governo Regional e ao Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, que diferencio pelo bom trabalho que tem sido feito pelo seu conselho de administração dentro das condições que lhe são facultadas.

É público e todos sabemos que o hospital se encontra em falência técnica. Há um agravamento das listas de espera para cirurgias e o hospital tem vindo a perder clínicos e médicos ao longo dos anos; nalguns casos houve aposentações e noutros, como o caso recente da Obstetrícia, perde-se um profissional devido a uma organização interna, com queixas tornadas públicas pela comunicação social devido a respostas que têm sido dadas às grávidas.

Perante as condições de que dispõem, diferenciamos o trabalho e a tentativa de se fazer mais e melhor da parte do conselho de administração do HSEIT, dos profissionais do Serviço de Cardiologia e dos enfermeiros que foram alocados a esta unidade, que vão dar continuidade ao que sempre se fez, com qualidade e sempre no interesse dos utentes da ilha Terceira.

Sr. d. m. João Enes: – Boa tarde senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhora presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Ouvi atentamente todas as intervenções. Para quem não me conhece, trabalho há 35 anos como profissional de saúde no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, por isso não posso deixar de intervir relativamente ao período de definição, de construção e de tudo o que se passou com o hospital daí para a frente, porque fiz parte do seu conselho de administração.

Não foi reconhecido apenas por nós que este foi um dos hospitais mais bem pensados, planeados e construídos do ponto de vista do perfil assistencial; é nesse âmbito que se enquadra o Serviço de Cardiologia e não houve encerramento de coisa nenhuma. Foram alocadas quatro camas de uma suposta unidade de coronários que não tinha presença física de médico nas 24 horas, passando para uma área de cuidados intensivos onde trabalhei com

profissionais altamente diferenciados e presença médica nas 24 horas, por isso não houve qualquer risco, estando sempre em primeiro lugar o superior interesse dos doentes.

Atualmente há vários setores que reivindicam uma Unidade de Hemodinâmica, uma Unidade de Coronários como sendo a base, que não é. Se estamos a funcionar com quatro camas disponíveis nos cuidados intensivos para os cardiologistas e todo o *staff*, então porque não avançaram logo para a dita Hemodinâmica? Tenho muitas dúvidas que tal venha a acontecer e seja apenas mais um reбуçado que nos dão para dizerem que se investe na ilha Terceira.

Somos o maior empregador da ilha Terceira. Se formos permitindo que, paulatinamente, nos vão tirando – e vão tirar – capacidade de empregabilidade e atratividade, o HSEIT vai sendo progressivamente reduzido a um hospital de valências básicas ou, pior do que isso, a um centro de saúde com internamento. Digo isto com base no histórico e com muita tristeza, sabendo que o hospital de Angra já foi muito mais pujante.

Sem pretender maçar-vos mais, é real o que vos digo. Não devemos aceitar este reбуçado porque vamos perder. Basta consultar os relatórios que estão disponíveis e ver o que se está a passar em São Miguel onde há um investimento acelerado.

Quando nos mudámos do antigo para o novo hospital, os enfermeiros da antiga Cardiologia foram aproveitados pela sua experiência e diferenciação, alocados à UT1 que possuía doze camas e também aos cuidados intensivos onde existiam quatro camas para darem apoio aos doentes coronários.

Gostaria de deixar mais uma questão no ar: terminaram com as doze camas que existiam na UT1 e passámos para sete camas nos cuidados intermédios, deixando de haver também camas para doentes do foro cardíaco na UT1. Para onde vão os doentes que não devem ir para os cuidados intermédios? Não têm direito a um cardiologista?

Lembrando o que disse há pouco o senhor deputado José Toste, é preciso muito respeito e cuidado com as decisões que são tomadas neste âmbito. Deixo este alerta porque fomos eleitos e estamos aqui para defender este concelho, a ilha Terceira e a região, não esquecendo que o nosso hospital é fundamental.

Sr. d. m. André Castro: – Apresentámos o voto e demonstrámos a nossa visão. Lembro que o CDS-PP voltará a fazer aqui referência a algo que bom que surja no nosso hospital, sempre com o intuito de enaltecer o serviço que é prestado aos angrenses sem tentar ultrapassar outras competências. Não posso deixar de referir que a realocação de profissionais noutros serviços com redução de camas, leva-nos a concluir que a oferta foi extinta.

Seja com o Partido Socialista, com o PSD ou com qualquer outra força política, o CDS-PP estará sempre do lado das necessidades dos angrenses, almejando mais e melhores serviços para o hospital de Angra. Na sequência da intervenção do senhor deputado João Enes, somos contra o esvaziamento de serviços e a redução de profissionais de saúde neste hospital.

Queremos sempre mais e melhor. Quando muito se fala nos investimentos que têm sido feitos no hospital de Ponta Delgada, este voto foi apresentado no sentido de enaltecer o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira.

O Voto de Congratulação foi rejeitado por maioria com 24 votos contra do PS e 14 votos a favor, sendo 11 do PSD, 2 do CDS-PP e 1 do deputado municipal do CHEGA. (18/2026/AMAH).

7. DO DEPUTADO MUNICIPAL DO CHEGA:

7.1 – Primeira Recomendação sobre os procedimentos administrativos da Câmara Municipal relativos ao público. Para votação do órgão deliberativo municipal.

O senhor deputado municipal José Bernardo procedeu à apresentação da recomendação em epígrafe.

“Considerando que, no passado dia 8 do corrente mês, um munícipe deste concelho se deslocou aos serviços da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo com o objetivo de obter esclarecimentos relativamente ao número de polícia do seu prédio;

Considerando que, após contacto com o serviço de receção, foi informado de que o funcionário responsável pelo assunto se encontrava ausente, tendo sido aconselhado a regressar noutro dia, sem que tivesse sido apresentada alternativa ou encaminhamento que permitisse a resolução ou o devido esclarecimento da situação;

Considerando que o atendimento eficiente, célere e organizado constitui um princípio fundamental da administração pública local, devendo os serviços municipais assegurar respostas adequadas aos munícipes, independentemente da ausência pontual de determinado funcionário;

Considerando ainda que a organização interna dos serviços deve promover a polivalência funcional e a continuidade do serviço público, evitando que processos ou esclarecimentos fiquem dependentes de um único trabalhador;

Na qualidade de deputado municipal do partido Chega proponho a esta Assembleia que recomende à Câmara Municipal que:

Promova a melhoria dos procedimentos de atendimento ao público, garantindo que os munícipes obtenham informação clara e adequada no momento do atendimento;

Reforce mecanismos de articulação interna entre serviços, assegurando que a ausência de um funcionário não impeça a prestação de esclarecimentos ou o encaminhamento dos assuntos;

Avalie a implementação de medidas que reforcem a eficiência, a organização e a qualidade do serviço prestado aos cidadãos.

O presente voto de recomendação não constitui uma crítica pessoal a qualquer trabalhador ou serviço, mas antes um contributo construtivo, com o objetivo de melhorar o funcionamento dos serviços municipais e reforçar a proximidade entre a autarquia e os seus munícipes.”

Sra. presidente da Câmara: – Começo por dizer que pretendemos uma, cada vez maior proximidade entre o município e o munícipe. Nesse sentido, quando recebemos esta recomendação, fomos verificar junto da unidade responsável por esta matéria o que realmente se tinha passado. O chefe de divisão desconhecia a situação e tentámos saber quem tinha procedido de forma incorreta, porque não são essas as orientações recebidas por qualquer funcionário deste município no que diz respeito ao atendimento aos munícipes, tendo a obrigação de responder ao que lhes for perguntado.

Não temos apenas um funcionário responsável por uma determinada área, ou seja, quando não está um, deve lá estar outro. Além de uma coordenadora, reforçámos o centro de atendimento ao público com mais um funcionário, por isso não há motivos para que aconteçam situações destas. Foram tomadas medidas para que as mesmas não se repitam, já que se trata de um comportamento errado para com os munícipes.

Agradeço desde já o facto de nos ter posto ao corrente da situação e espero que não chegue à Câmara Municipal outra recomendação neste sentido, caso contrário, teremos que tomar outras medidas.

É importante que estas situações sejam também relatadas no livro de reclamações do município. Não devemos rezear fazê-lo quando necessário para que nos seja possível identificar o funcionário em causa. Dado que não consta nesta recomendação, assim como o chefe de divisão, também eu não sei de quem se trata. Agradeço a apresentação desta recomendação, dizendo-lhe que foram tomadas medidas e serão tomadas outras, se necessário.

Sr. d. m. José Toste: – Tendo em conta a resposta dada pela senhora presidente da Câmara, parece-me que esta recomendação surtiu o seu efeito prático; não obstante, o grupo municipal do Partido Socialista votá-la-á favoravelmente, assim como quaisquer outras que visem melhorar o atendimento prestado pela Câmara Municipal. Neste caso está em causa a redundância, ou seja, a existência de um funcionário que consiga dar resposta à solicitação do número de polícia por parte dos munícipes.

Esta recomendação alerta para a presença de mais do que um profissional ou a existência de um mecanismo através de formulários, por exemplo, no caso da falta de um funcionário habilitado, tendo em conta a especificidade da informação solicitada, porque é importante que o pedido seja feito na Câmara Municipal para efeitos de comunicação aos munícipes.

Em regra, os serviços públicos pautam-se pela tentativa de um melhor atendimento aos concidadãos; não obstante, muitas vezes existem falhas, por isso saúdo o senhor deputado municipal José Bernardo por ter trazido a esta Assembleia um assunto de âmbito municipal que visa melhorar a vida dos munícipes.

Pelo que me é dado a conhecer, a Câmara Municipal tem um serviço de atendimento ao público de boa qualidade, mas é sempre possível melhorar, também através deste tipo de recomendações. Votaremos favoravelmente esta recomendação.

Sr. d. m. José Bernardo: – Congratulo-me com as posições da senhora presidente da Câmara e do senhor deputado municipal José Toste. A minha intenção é colaborar para um melhor funcionamento da nossa Câmara Municipal a bem dos munícipes.

Sr. d. m. André Castro: – O CDS-PP comunica que vai votar favoravelmente esta recomendação, não obstante a explicação dada pela senhora presidente a respeito da tomada de medidas relativamente a esta situação que, segundo sabemos, não é isolada, já que outras terão acontecido no passado.

Acredito que a Câmara Municipal tem feito o seu trabalho, tentando resolver e evitar este tipo de situações com vista a prestar um melhor serviço aos nossos munícipes. Enaltecemos esta iniciativa, estamos aqui para ajudar a melhorar os serviços e vamos votar favoravelmente esta recomendação.

A Recomendação constante no Ponto 7.1 foi aprovada por unanimidade. (19/2026/AMAH).

7.2 – Segunda Recomendação sobre os procedimentos administrativos da Câmara Municipal relativos ao público. Para votação do órgão deliberativo municipal.

O senhor deputado municipal José Bernardo procedeu à apresentação da recomendação em epígrafe.

“Considerando que a Câmara Municipal deve exercer a sua ação administrativa com base nos princípios da proximidade, da boa-fé, da transparência e do respeito pelos munícipes;

Considerando que foi dirigido à Câmara Municipal um pedido por parte de um cidadão, tendo a resposta dos serviços municipais sido formulada em termos que, pela sua rigidez e natureza excessivamente formal, revelam uma postura distante e pouco colaborante para com quem procura a autarquia na resolução de um assunto legítimo;

Considerando que, foi comunicado ao munícipe e passo a citar: **“dispõe V. Ex.^a do prazo de 20 dias para corrigir ou completar o pedido, sob pena de rejeição liminar, ficando suspensos os termos ulteriores do procedimento”**, comunicação assinada pelo colaborador da Gestão Processual.

Considerando que a Administração Pública local não deve limitar-se a uma atuação meramente burocrática, devendo antes assumir um papel ativo de apoio e orientação

aos cidadãos, contribuindo para a resolução dos problemas e não para a sua complexificação;

Considerando que existe uma percepção crescente entre os munícipes de que a Câmara Municipal exige rigor e cumprimento estrito de prazos aos cidadãos, sem que o mesmo nível de exigência seja visível no cumprimento dos prazos e tempos de resposta por parte dos serviços municipais;

Considerando que tal prática contraria o princípio da boa administração e fragiliza a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas locais;

Na qualidade de deputado municipal do partido Chega proponho a esta Assembleia que recomende à Câmara Municipal que:

Adote uma postura administrativa mais próxima, colaborante e orientada para a resolução efetiva dos problemas apresentados pelos munícipes;

Reveja práticas e modelos de comunicação administrativa que possam ser percecionados como intimidatórios ou excessivamente sancionatórios;

Garanta maior equilíbrio e coerência no cumprimento de prazos, assegurando que a exigência colocada aos cidadãos corresponde ao desempenho dos próprios serviços municipais;

Reforce uma cultura de serviço público assente no respeito, na cordialidade e na confiança mútua entre autarquia e munícipes. “

Sr. d. m. José Bernardo: – À semelhança do que fiz na primeira recomendação, não sei se seria ético pôr aqui o nome, mas estou disposto a fazê-lo se assim o entenderem.

Sra. presidente da Câmara: – Relativamente a esta recomendação que nos é apresentada pelo CHEGA, trata-se da entrega de um processo de obras incompleto por parte de um munícipe, por isso lhe foram solicitados os elementos em falta.

Temos, no nosso sistema de informação, minutas de ofícios para os diversos temas, nos quais estamos a trabalhar. Neste caso em concreto, o ofício de aperfeiçoamento refere o que consta no Decreto-Lei n.º 555/99 relativamente ao RJUA (Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação) que, no seu artigo 11.º, n.º 3 diz o seguinte: «*Os requerentes são notificados por uma única vez para, no prazo de 20 dias, corrigirem ou completarem o pedido, ficando suspensos nos termos ulteriores do procedimento sob pena de rejeição liminar.*» Estamos apenas a transcrever a lei.

Devem ser anexos a cada ofício, os elementos que são obrigatórios e também os facultativos. Tive o cuidado de consultar diversos ofícios de aperfeiçoamento de projetos e verifiquei que estamos a cumprir a lei em todos eles. Os termos poderão não ser os mais agradáveis para os munícipes, mas são os que constam na lei.

Penso que o Decreto-Lei foi alterado em 2024 mas parece-me que o «Simplex Urbanístico» não se verificou na realidade porque continuamos com um diploma que é uma

complexidade para as autarquias. Tenho falado com colegas de outros municípios, que constatarem que a área de urbanismo é difícil de trabalhar, existindo muitas situações mal compreendidas pelo dono da obra, por isso apostamos na proximidade e vamos contactando os gabinetes de arquitetura e de engenharia que prepararam os processos para irem ajudando os munícipes a resolverem mais facilmente as situações. Em alguns casos, a lei exige os projetos da especialidade e nós temos que os solicitar aos munícipes.

Podemos ter problemas se não solicitarmos os elementos ou projetos referentes à legalização das operações urbanísticas. Por mais ou menos simpática ou complexa que seja, estamos a trabalhar de acordo com a lei e espero que a alteração que está a ser preparada relativamente ao «Simplex Urbanístico» venha a ser uma efetiva simplificação de procedimentos.

Em 2025 entraram na Secção de Urbanismo, 2983 requerimentos de obras, 441 nos últimos dois meses. Aplicámos o RJUE (Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação) em todos os casos que referi, assim como o que é proposto pela Portaria n.º 71-A/2024 que complementa o RJUE e define os elementos obrigatórios a apresentar numa candidatura a obras, quer se trate de legalizações ou de novas construções.

Por menos simpáticos que sejam os termos, não podemos fugir da lei, e o termo «rejeição liminar» é referido no artigo 11.º do n.º 3 do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro.

Os nossos arquitetos, assim como o responsável da Unidade de Urbanismo, têm feito um enorme trabalho de proximidade para com os munícipes. É feito todas as manhãs, um atendimento permanente por parte de cada um dos arquitetos municipais com vista a elucidar os munícipes que necessitem de mais informações ou esclarecimentos acerca dos elementos que lhes estamos a solicitar. O chefe de divisão tem também acompanhado os gabinetes de arquitetura e de engenharia para que os processos nos sejam entregues completos.

São raros os projetos que recebemos, que não necessitem de um ofício de aperfeiçoamento. A lei permite a dispensa de alguns projetos de especialidade, mas não os podemos dispensar a todos. Nunca poderei dispensar um projeto de especialidade num processo de legalização, porque é preciso garantir a segurança das pessoas e do que se está a construir. O que vos posso garantir é que estamos a exigir o que consta na lei e compete ao município aplicar.

Sr. d. m. José Toste: – Já tive a oportunidade de referir que estamos sempre disponíveis para acompanhar tudo o que sejam sugestões e recomendações que visem uma melhoria dos serviços prestados, desde que tenham o devido enquadramento legal, e o que está aqui em causa nas notas preambulares e introdutórias é um problema de dureza da linguagem jurídica.

Estamos perante comunicações que seguem regras formais de tramitação, às quais, muitas vezes, a administração pública está vinculada, e o «indeferimento liminar» é um conceito jurídico. Além de parecer dura, por vezes a linguagem implica também problemas de perceção e de entendimento. Poderíamos encontrar trinta outras formulações mais

simplificadas mas, sem o devido enquadramento, criariam ainda mais confusão aos seus destinatários. Na falta de entendimento do que é um «indeferimento liminar» e sendo usada a mesma terminologia em todos os procedimentos da administração, os documentos devem ser apresentados a alguém versado na matéria para a obtenção das devidas explicações acerca do significado dos termos utilizados.

Os prazos de entrega dos documentos são legais, assim como a terminologia utilizada. Se me permitem o gracejo, poderíamos utilizar a frase feita «não é o que me dizes, mas a forma como o dizes», no fundo aquele problema típico dos problemas conjugais, sendo certo que o confronto com este problema é diário e em situações até mais lesivas do que estas.

É dito nesta recomendação que, muitas das vezes, os prazos da administração pública são mais dilatados do que os prazos concedidos aos próprios administrados. Por vezes, e no que diz respeito ao urbanismo, o próprio legislador tem em consideração a seleção contrária, ou seja, na ausência de resposta por parte da administração, em vez do «indeferimento liminar» existe o «deferimento tácito».

Nos últimos anos e numa flexibilização da justiça administrativa, o legislador criou a figura da condenação à prática de ato administrativo devido. Não quero incutir ideias nos nossos munícipes para inundarem a Câmara Municipal de ações, mas a verdade é que, quando há incumprimento de prazos por parte da administração, pode ser intentada uma ação em tribunal para condená-la a uma decisão dentro de um prazo útil.

Pode dizer-me que os mecanismos das relações estão equilibrados do ponto de vista formal e compreendo que a prática do dia a dia sejam outra coisa mas, enquanto órgão da administração pública de nível autárquico, a Câmara Municipal tem que se reger por estes princípios fundamentais.

Dos vários princípios referidos nesta recomendação, não é citado o princípio da legalidade que fundamenta e limita a atuação da Câmara Municipal. Se, em nome de princípios como a boa-fé, a transparência, o respeito pelos munícipes ou a proximidade, se comesse a criar um certo ambiente de fluxo, desprezando o princípio da legalidade por mais duro que seja, a longo prazo acabar-se-ia por tomar decisões com base em dados concretos em vez de se cumprir a lei. Quando se olha a casos concretos, há sempre suspeita em relação a um empresário ou outro qualquer munícipe na sua interação com a Câmara Municipal, criando a ideia que este agente económico foi beneficiado de determinada forma.

A violação do princípio da lei é lesiva para a relação dos munícipes com a Câmara Municipal e até com os vários agentes económicos, por isso é preferível esta «dureza» da lei que nos defende no final do dia e evita intervenções abusivas por parte do município.

Tal como os munícipes, também o município deve cumprir as regras, e ainda bem que existem mecanismos legais. Pelos motivos atrás evocados e tendo em conta o seu ponto de partida, infelizmente não poderemos votar favoravelmente esta recomendação.

Sr. d. m. José Bernardo: – Muito obrigado pela sua resposta, senhora presidente da Câmara. Pelo meio falou-se de muita coisa, mas divagámos e fugimos do assunto. Nunca,

jamais e em tempo algum, eu propus que não se cumprisse a lei. A lei é a lei e temos que a cumprir, mas há muitas formas de a interpretar e aplicar.

Caro colega José Miguel Toste, quero congratular-me pela sua capacidade dialética, mas não é fugindo aos assuntos, que os resolvemos. Gostaria de ter o mesmo dom que o senhor, mas nem todos podemos ter esse dom. Os meus parabéns.

A verdadeira aproximação entre os munícipes e o município não se faz com discursos nem com intenções vagas; faz-se com respeito, urbanidade e sentido do serviço público. A resposta dada pela Câmara Municipal neste caso concreto revela exatamente o contrário do que se exige a uma instituição pública. Em vez de eficiência, encontramos burocracia. Em vez de apoio, encontramos autoritarismo. Em vez de respeito, encontramos displicência.

Convém não esquecer que os técnicos existem para servir os munícipes e não o contrário. Se os cidadãos não necessitassem dos serviços da Câmara, não haveria razão para manter estruturas técnicas que, por vezes, parecem esquecer quem verdadeiramente sustenta a sua existência.

Não evoquem repetidamente, a lei, lei, a lei, porque as leis são tantas e tão bastinhas, que as há para todos os gostos. Há leis para dizer que sim, para dizer que não e também as há para dizer talvez, e nesse contexto eu sou quase formado sobre isso.

Já agora e se é assim tão eficiente, lembro que houve decisões desta Câmara, às quais o Tribunal de Angra do Heroísmo deu pareceres negativos – e foram vários os casos – por isso não há aqui onipotência.

Esta é a minha primeira intervenção nesta Assembleia. O meu propósito é contribuir para um melhor relacionamento entre esta Câmara e os seus munícipes, dando voz aos que não a têm, mas que murmuram em surdina; aqueles que nos estão a ouvir e normalmente não estão presentes nesta Assembleia.

O meu propósito é colaborar e melhorar e não estar aqui numa de braço-de-ferro nem fazer críticas a quem está desse lado. De qualquer forma, espero que entendam a minha maneira de ser e muito obrigado por me terem ouvido.

A Recomendação constante do Ponto 7.2 foi rejeitada por maioria com 27 votos contra, sendo 24 do PS e 3 do PSD, 4 abstenções, sendo 3 do CDS-PP e 1 do PSD e 6 votos a favor, sendo 5 do PSD e 1 do deputado municipal do CHEGA. (20/2026/AMAH).

Sr. presidente da Mesa: – Terminámos os nossos trabalhos. Informo que a próxima sessão da Assembleia Municipal terá lugar no dia 24 de abril. Embora relativamente incómoda, a 2.ª sessão terá que ser realizada nesta data devido à obrigação do cumprimento de um conjunto de prazos legais.

A senhora deputada municipal Tânia Gil da Rocha Lemos, na qualidade de 2.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que, após votação, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 14h20min do dia 20 de fevereiro de 2026, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

O presidente da Mesa da Assembleia Municipal

José Gabriel do Álamo de Meneses